

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**GUSTAVO MOREIRA PASINI**

---

***O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
NA TRAJETÓRIA DE  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO  
PARAOLÍMPICO BRASILEIRO:***

**origem, atualidade e modelos de  
financiamentos**

---

Campinas  
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA  
PELA BIBLIOTECA FEF – UNICAMP**

P263p Pasini, Gustavo Moreira.  
O processo de desenvolvimento na trajetória do esporte paraolímpico brasileiro / Gustavo Moreira Pasini. - Campinas, SP: [s.n], 2010.

Orientador: Paulo Cesar Montagner.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Jogos paraolímpicos. 2. Desenvolvimento institucional. 3. Esportes - legislação. 4. Financiamento. I. Montagner, Paulo Cesar. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

asm/fef

**Título em inglês:** The development process in the trajectory of the Brazilian paralympic Sport.  
**Palavras-chaves em inglês** (Keywords): Paralympic Sport. Institutionalization. Sports Law. Funding models.  
**Data da defesa:** 23/11/2010.

**GUSTAVO MOREIRA PASINI**

---

---

***O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
NA TRAJETÓRIA DE  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO  
PARAOLÍMPICO BRASILEIRO:***

**origem, atualidade e modelos de  
financiamentos**

---

---

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Graduação) apresentado à Faculdade de  
Educação Física da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do  
título de Bacharel em Educação Física.

**Orientador: Paulo Cesar Montagner**

Campinas  
2010

**GUSTAVO MOREIRA PASINI**

***O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA  
TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO  
DESPORTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO:***

**origem, atualidade e modelos de financiamentos**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso Graduação defendido por Gustavo Moreira Pasini e aprovado pela Comissão julgadora em: 23/11/2010.

Paulo Cesar Montagner  
Orientador

Paulo Ferreira Araújo

Campinas  
2010

# Dedicatória

*Dedico este trabalho a Deus e a São Jorge , meu santo protetor, também aos meus entes queridos que vieram a falecer ao longo dessa jornada, minha vó dona Olinda, minhas tias, Isabel e Gena. Meu querido pai "seu" Luis. Mais principalmente minha Mãe, dona Luzia, meu deus na Terra.*

# Agradecimentos

Agradeço primeiramente por ser corintiano, este estado de espírito inexplicável, a minha namorada Tamaris, por ser compreensiva durante esses anos árduos de graduação, a meus amigos Bitu, Dalton, Algodão, Peta, Marcelo, Pandão e Leo, por sempre estarem ao meu lado em momentos mais difíceis da minha vida.

A os colegas de graduação, do 06 noturno, em especial, a Leonardo “umpa lumpa” Choio Stevanato, Bruno “Careca” Baquete, Eduardo “Migué” Zizou Fratini, Bianca “Pikachutu” Muciacito, Bruno “Koala” Fukai, Felipe “Dylon” Martins, Jamison “Maestro” Valiero, Carlos “Brito Jr” Costa, Luis “Dadado” Santos Lucas, Victor “Piru” Aurelio e Rafael “Vampeta” Goiano Felipe, por ajudarem nas reflexões, trabalhos, bagunças ao longo desta jornada.

Os professores, Gavião, Proni, Paulinho, e principalmente Cesinha, por ajudarem a construir este trabalho, por fim a os funcionários da FEF, Geraldinho, Dulce, Geraldo, Vanderlei e Beroti por sua ajuda nas várias etapas da graduação.

PASINI, Moreira, Gustavo. **O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO**: Origem, atualidade e modelos de financiamentos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## RESUMO

O movimento paraolímpico passa por um momento em seu processo histórico de consolidação. No Brasil, o seu desenvolvimento vem sendo impulsionado por diferentes agentes sociais, Estatais e Privados. Este trabalho apresenta uma análise do esporte adaptado, com o objeto principal os modelos de financiamento, procurando apontar o desenvolvimento nas formas de gestão desportiva em sua manifestação do alto rendimento, considerando as características do esporte contemporâneo, realçando as formas de organização, as relações com o mercado de consumo e a divulgação. Para tanto, estruturando, a trajetória de institucionalização o esporte adaptado, salientando a legislação esportiva, com o foco para a autonomia e o arcabouço dos recursos para o setor. Por fim discutir esse conjunto de fatores, nordea o campo esportivo paraolímpico brasileiro no sentido novo ordenamento nas relações de captação recursos.

Palavras-Chaves: Esporte Paraolímpico; Institucionalização, Legislação Esportiva; Modelos de Financiamento.

PASINI, Moreira, Gustavo. **O PROCESSO DESENVOLVIMENTO NA TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO: *Origem, atualidade e modelos de financiamentos.*** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## **ABSTRACT**

The Paralympic movement is a moment in its historical process of consolidation. In Brazil, its development has been driven by different social actors, state and private. This paper presents an analysis of adapted sports, with the main object, of the financing models, looking for ways to point the development in sports management in their demonstration of high performance, considering the characteristics of contemporary sport, highlighting the forms of organization, relations with the consumer market and disclosure. To do so, structuring, the trajectory of institutionalization adapted sport, highlighting the sports legislation, with the focus on autonomy and resource framework for the sector. Finally discuss this set of factors, North paraolímpico Brazilian sports field towards new developments in relations fundraising.

Keywords: Paralympic Sport, Institutionalization, Sports Law, Funding Models

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Estrutura internacional do esporte paraolímpico	35
<b>Figura 2 -</b>	Organograma da estrutura nacional	54
<b>Figura 3 -</b>	Evolução dos valores administrados pelo comitê paraolímpico brasileiro proveniente da lei Agnelo - Piva em milhões de reais – 2004 - 2009	80
<b>Figura 4 -</b>	Valores arrecadados através das loterias federais pela caixa econômica federal. 2003-2008	81
<b>Figura 5 -</b>	Área de atuação das empresas investidoras no esporte (2007 – 2009)	88

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Trajetória do desenvolvimento do desporto paraolímpico internacional	32
<b>Quadro 2</b> - Processo de institucionalização do desporto paraolímpico brasileiro	47
<b>Quadro 3</b> - Instituições nacionais do movimento paraolímpico brasileiro	53
<b>Quadro 4</b> - Modalidades integrantes do programa dos jogos paraolímpicos de verão	56
<b>Quadro 5</b> - Espaço destinado na mídia on-line para os atletas olímpicos e paraolímpicos.	89

# LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Participação brasileira nas últimas edições dos jogos paraolímpicos	39
<b>Tabela 2 -</b>	Demonstração das receitas e despesas dos recursos da lei Agnelo – Piva vinculadas por ação – 2005-2007	82
<b>Tabela 3 -</b>	Números da lei federal nº 11.438/06 2007-2009	85
<b>Tabela 4 -</b>	Beneficiados no programa bolsa atleta (2005 – 2008)	86

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AAAD</b>	Associação Atlética Americana para Surdos
<b>AACD</b>	Associação de Assistência a Criança Deficiente
<b>ABDA</b>	Associação Brasileira de Desporto para Amputados
<b>ABDC</b>	Associação Brasileira de Desportos para Cegos
<b>ABDEM</b>	Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais
<b>ABVP</b>	Associação de Vôlei Paraolímpico
<b>ANDE</b>	Associação Nacional Desporto para Excepcional
<b>APES</b>	Associação de Pais e Amigos dos Expecionais
<b>ABRADECAR</b>	Associação Brasileira de Desportos em Cadeiras de Rodas
<b>ABRC</b>	Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CBDS</b>	Confederação Brasileira de Desportos para Surdos
<b>CBBC</b>	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira Rodas
<b>CBT</b>	Confederação Brasileira de Tênis
<b>CENESP</b>	Centro Nacional de Educação Especial
<b>CISS</b>	Comitê Internacional Desportos para Deficientes Auditivos
<b>COB</b>	Comitê Olímpico Brasileiro
<b>CORDE</b>	Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

<b>CND</b>	Conselho Nacional de Desportos
<b>CP- ISRA</b>	Federação Internacional de Desportos e Recreação para as pessoas com Paralisia.
<b>CPB</b>	Comitê Paraolímpico Brasileiro
<b>FBVM</b>	Federação Brasileira de Vela e Motor
<b>FEF</b>	Faculdade de Educação Física
<b>FIFA</b>	Federação Internacional de Futebol Associado
<b>IBSA</b>	Associação Internacional de Desporto para Cegos.
<b>ICC</b>	Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes.
<b>IFDS</b>	Federação Internacional de Iatismo para Deficientes
<b>IFSFs</b>	Federações esportivas internacionais
<b>INDESP</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
<b>INAS – FMH</b>	Associação Internacional de Desportos para Deficientes Mentais
<b>IOSDs</b>	Entidades Internacionais por áreas de Deficiência
<b>IOSD</b>	Organização Internacional para Deficientes
<b>IPC</b>	Comitê Paraolímpico Internacional
<b>IPSF</b>	Federação Internacional de Esportes Paraolímpicos
<b>ISAF</b>	Federação Internacional de Iatismo
<b>ISMGF</b>	Federação Internacional dos Jogos em Cadeiras de Rodas de Stock Mandeville.
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>ME</b>	Ministério do Esporte

<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PPDF</b>	Pessoa Portadora de Deficiência
<b>SEED</b>	Secretaria de Educação Física
<b>SPECIAL OLYMPICS</b>	Associação Olimpíadas Especiais do Brasil
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>WOVD</b>	Organização Mundial de Voleibol para Deficientes

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	13
<b>1. Á TRAJETORIA DO DESPORTO PARAOLÍMPICO</b>	28
1.1. Origem do desporto paraolímpico.....	29
1.2. Origem do desporto paraolímpico no Brasil.....	37
1.3. Processo de institucionalização do desporto paraolímpico nacional.....	40
<b>2. MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO</b>	50
2.1. Características do desporto paraolímpico brasileiro.....	51
2.2. Categorias do desporto paraolímpico.....	55
<b>3. OS MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO</b>	65
3.1. As novas configurações do esporte contemporâneo e suas bases.....	67
3.2. Sistema de organização do esporte paraolímpico.....	68
<b>4. OS MODELOS DE FINANCIAMENTO</b>	74
4.1. Financiamento Estatal.....	75
4.2. Modernização do Esporte Nacional.....	78
4.3. Lei Agnelo Piva.....	79
4.4. Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa Atleta.....	84
4.5. Financiamento Privado.....	87
<b>Considerações Finais</b> .....	90
<b>Referências</b> .....	94
<b>Anexos</b> .....	104

# APRESENTAÇÃO



Este estudo tem como motivação inicial, compreender o paradigma do esporte contemporâneo, em que as mudanças recentes, estabelecem uma relação entre o mundo esportivo e o mundo empresarial, de maneira que, orientam algumas manifestações em um sentido de uma organização empresarial. Assim sendo, o esporte em sua face contemporânea, segundo PRONI, (1998, b) tornou se um veículo de comunicação da mass mídia, de maneira que, as organizações empresariais utilizaram o poder simbólico do esporte, para consolidar e difundir suas marcas em âmbito internacional. Seguindo este pressuposto, LINDSTROM, (2009) considera que a sociedade contemporânea esta circunscrita pela lógica do consumo, em que os indivíduos são todos consumidores. Este postulado associado á globalização, amplifica as relações de oferta e consumo, de maneira que a indústria do entretenimento concatenada a mercantilização cultural, Apropria – se do campo esportivo para nortear as diretrizes da gestão e legislação esportiva, na transformação do esporte em um produto globalizado que gera mais dinheiro e ao mesmo tempo satisfaz os consumidores.

BOURDIEU, (1983), aprofunda essa questão, em que o campo esportivo, é configurado por um conjunto de práticas e de consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais, como as diversas modalidades esportivas, haja vista que há uma oferta destinada a encontrar uma demanda social. Desta forma o autor considera que há um espaço de produção, composta pelos produtos esportivos, isto é, a oferta das práticas e dos consumos esportivos aceitáveis em determinado momento. Também há uma estrutura social que possibilita consolidar essa oferta, por meio da apropriação simbólica dessa interação das práticas e consumos esportivos.

Uma outra inquietação deste trabalho é buscar entender como este sistema de relação está ligado ao desenvolvimento do cenário paraolímpico brasileiro, para tanto é preciso compreender como atuam as forças que impulsionam este movimento, isto é, como os agentes sociais influenciam em seu modelo de funcionamento.

Assim sendo, procuramos abranger as origens do movimento paraolímpico com intuito de identificar os fatores que determinaram na atual formatação do desporto paraolimpico brasileiro. Também analisar a presente estrutura paraolímpica nacional, a fim de buscar o entendimento dos seus mecanismos de funcionamento.

### **Pressupostos introdutórios sobre o objeto de pesquisa**

Para entender o âmbito esportivo atual, é preciso perceber a lógica que fundamenta as relações em torno do desenvolvimento do mesmo, para tanto se faz necessário definir o conceito de “esporte”, já que há diferentes definições de vários autores em relação a esse tema. Para este presente trabalho, o referencial utilizado, em quanto ao seu aspecto contemporâneo deste fenômeno sócio cultural, será a definição elaborada por MARQUES, MONTAGNER, GUTIERREZ, (2009), que delimita o esporte contemporâneo enquanto um fenômeno atual, que assume características de mercantilização, profissionalização e espetacularização com grande heterogeneidade entre suas manifestações que transformaram o esporte em produto altamente rentável. O conjunto modificado é diferente do esporte moderno (com gênese no século XIX, na Inglaterra, anterior a ele e base fundamental para sua composição).

Assim sendo o esporte surge com uma instituição social, em que todos os níveis de organização sociais estão presentes, e passou por transformações na medida em que a sociedade se transformou, tornou – se um produto, haja vista que segundo PRONI, (1998,b) a mercantilização cultural atribuiu valores mercadológicos para diversas manifestações esportivas contemporâneas. De maneira que, a expansão de bens e as novas configurações socioeconômicas, implicaram na transfiguração do mundo esportivo, em que este passa a ter atributos essencialmente mercantilistas, sendo utilizado principalmente pela indústria do entretenimento.

Há também a necessidade de esclarecermos uma conceituação para desporto adaptado, objeto de estudo dessa pesquisa, “que trata se de uma atividade que busca uma adequação de procedimentos para realizar uma tarefa diante da ausência ou da impossibilidade de se usarem meios convencionais” (ARAÚJO, 1998, p. 18) e possui certas peculiaridades em relação a essa nova perspectiva esportiva. Segundo MARQUEZ, et al, (2009), há um movimento que se destaca do desporto adaptado, o esporte paraolímpico, foco desse trabalho, que trata se do capital fundamental de divulgação do esporte adaptado, que manifesta através dos Jogos Paraolímpicos, o seu principal meio de exposição em nível mundial, que também está inserido no processo de profissionalização e espetacularização do mundo esportivo ao longo do século passado.

Diante desse cenário, o processo de transfiguração do esporte, que alterou a estrutura do esporte moderno, em que as normas são regidas pelo mercado, ampliando as possibilidades de campos de atuação em função de atender a demanda ávida pelo consumo deste fenômeno. (MARQUES, MONTAGNER, GUTIERREZ, 2009). Observa – se também a apropriação desta ordem para a profissionalização do desporto adaptado, este estruturalismo segue além da organização esportiva, se inserindo no contexto social do esporte, que dessa forma se adapta a essas características.

## **Objetivos**

De acordo com GIL (2002,p.23) “Toda pesquisa se inicia com algum tipo de problema ou indagação”. Por meio de diversos aspectos motivadores durante a graduação e reflexões colocas por professores, surgiram algumas indagações a respeito de como é constituída a organização esportiva no movimento paraolímpico, a partir de característica contemporânea.

Partindo desse pressuposto sobre o objeto de pesquisa, a temática desse estudo é compreender como essas transformações do esporte contemporâneo, se configuram no desporto paraolímpico; como amadorismo para profissionalismo, financiamento de modalidades, criação

de referências, maior visibilidade midiática e como são estabelecidos os mecanismos de organização, diante da trajetória institucional do movimento paraolímpico brasileiro.

Assim sendo, essa compreensão mais aprofundada em torno da organização deste movimento, torna – se importante, pois permitira identificar as novas estratégias de investimento e ampliação de parcerias para promoção do desenvolvimento dos esportes paraolímpicos. De maneira que, o objetivo geral do presente estudo é :

- Discutir sobre a trajetória de institucionalização e o desenvolvimento do desporto paraolímpico nacional. Como estão inseridas as formas de expressão do processo de profissionalismo do esporte contemporâneo, nas entidades do esporte adaptado brasileiro.

Devido á escassez de trabalhos científicos sobre essa minuta, que dificultou uma reflexão mais abrangente dessa temática, procuramos por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica um entendimento mais aprofundado sobre o objeto, para tanto este estudo apresentara um caráter documental indireto LAKATOS e MARCONI (1991) e, assim buscará desenvolver os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar a origem e o desenvolvimento do esporte contemporâneo.
- Analisar o desenvolvimento do desporto adaptado, a partir da estrutura organizacional e a forma de funcionamento desse subcampo esportivo.
- Caracterizar os elementos ligados á gestão esportiva, do Comitê Paraolímpico Brasileiro, que influenciam nas novas estratégias para captação de recursos e modelos de financiamento, em torno do desporto paraolímpico.

Este estudo contribui para a área das ciências do esporte, de maneira que analisa a trajetória institucional e a atual estrutura de gestão nos esportes paraolímpicos de alto rendimento, e aponta para uma nova percepção da sociedade para este movimento, sobretudo nas ações que contemplem o modelo vigente do esporte contemporâneo. Em virtude das inúmeras possibilidades de campos de atuação dessa manifestação esportiva.

Portanto, este trabalho científico buscara explorar o material bibliográfico e documental em torno dessa temática, procurando, acima de tudo compreender o modelo de

investimento, no desporto paraolímpico brasileiro, e com esta sendo constituída a relação entre mundo esportivo e o mundo empresarial neste fenômeno complexo, com o propósito de promover a discussão desses objetivos.

### **Delimitação do estudo**

Delimitou – se o sistema de gestão esportiva, nas entidades paraolímpicas, sobretudo no Comitê Paraolímpico Brasileiro, (CPB), já que esta é a instituição central paradportiva responsável por organizar, normatizar, promover e fomentar o esporte paraolímpico nacional, também por apresentar elementos que viabilizam responder as inquietações dos objetivos estabelecidos para este estudo, portanto como essas ações do CPB, que por um lado são ditadas pelo modelo capitalista, que direcionam o esporte contemporâneo para uma gestão mercantilista. Por outro lado à profissionalização e espetacularização do desporto adaptado atuam como um difusor das práticas adaptadas esportivas, promovendo sua ampliação em diversos campos de atuação.

Para tanto, o processo de institucionalização do desporto adaptado brasileiro, que segundo ARAÚJO, (1998), ocorre na década de 90 em que governo federal passa a articular uma série de ações a fim de fomentar o movimento paraolímpico, é um ponto fundamental para aprofundarmos as questões do novo ordenamento esportivo. Já que para PRONI, (1998, a) no cenário desportivo nacional o estado tem o papel de intervir e normatizar com o intuito de moralizar e fiscalizar as federações, ou seja, o seu papel tem sido de modernizar o esporte, que a partir da constituição de 1988 passou do executivo para o legislativo.

Isto significa que para entender as transformações ao longo do tempo do modelo esportivo nacional, é necessário estabelecer a sistematização das relações dos agentes sociais que por meio de suas ações ditaram o presente arcabouço do sistema desportivo brasileiro. E identificar o contexto cultural, político e econômico que marcaram a sociedade contemporânea

que influenciaram essas ações, por fim como as tendências externas do cenário esportivo internacional influenciaram na nova configuração de forças e nova organização institucional.

Portanto, a fim de delimitar o arquétipo esportivo brasileiro, consideramos que elementos como a globalização, a indústria do entretenimento, mercantilização cultural, associadas à mídia, que para segundo TUCUNDUVA; et al. (2010), aumentam a oferta de produtos e consumos esportivos, através de meios de comunicação, como livros, jornais, revistas, televisão, rádio e outros instrumentos que surgem com a inovação tecnológica, norteiam o processo desenvolvimento do desporto adaptado, que propicia um melhor entendimento deste fenômeno cultural.

### **Metodologia do estudo**

Nesta etapa, serão discutidos aspectos mais específicos da metodologia de pesquisa, ou seja, a classificação da pesquisa à apresentação dos autores que possibilitaram melhor entendimento do esporte contemporâneo e procedimentos técnicos utilizados nesta minuta. Para tanto, torna-se importante mencionar a leitura da obra de VASCONCELLOS (2005), que traz uma nova forma para o desenvolvimento do trabalho científico, em que não utiliza uma metodologia de estudo, mas sim uma forma de “pensar” (BENELI, 2007, p.25). Dessa forma a autora propõe uma “ciência nova – paradigmática emergente” baseado em três pressupostos: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Haja vista que o investigador trabalhe dialeticamente com a realidade admitindo múltiplas versões para construção teórica.

Em um primeiro momento, iremos abordar a trajetória do processo de institucionalização do desporto adaptado brasileiro, para tanto nos debruçamos na obra de ARAÚJO, (1998) que traz elementos importantes da origem do movimento paraolímpico, desde a estrutura internacional, e como sua configuração, implicou na organização do cenário desportivo paradesportivo brasileiro. Em outra etapa aprofundaremos as questões relacionadas com a sistematização do desporto nacional, por meio da literatura existente sobre essa temática em que

diversos autores promovem reflexões importantes para compreensão das características, mecanismos, sistemas de organização, categorias e os diferentes agentes que impulsionam o desporto paraolímpico no Brasil. É importante destacar, a dificuldade da pesquisa exploratória sobre essa temática, já que além de existirem poucas obras com esse conteúdo, os estudos encontrados utilizavam o mesmo referencial utilizado por este trabalho científico.

Para nos ajudar a entender o vigente modelo do esporte contemporâneo BROHM, (1976) apresenta um modelo de análise que contempla a influência da lógica capitalista no sistema esportivo atual, e os elementos de transição do esporte moderno para o contemporâneo, assim sendo nos permite problematizar quais as conseqüências dessa organização no mundo esportivo e as possibilidades de alterar esse quadro. Como o postulado do autor, apresenta algumas limitações para compreensão em relação ao significado do esporte para diferentes culturas, práticas esportivas diferenciadas, isto é, não reconhece a heterogeneidade do cenário esportivo contemporâneo, o modelo de BOURDIEU, (1983), contribui para este estudo na forma que aproxima os mecanismos sociais que motivam e ordenam as leis de produção social, ou seja, identifica as relações estruturantes da sociedade e as condições produtoras de esquemas dominantes que determinam o processo de constituição deste fenômeno social. Por fim as obras de PRONI, (1998, a, b; 2002; 2004), sobre as transformações do esporte moderno para sua face atual, em que a modernização da gestão esportiva é orientada por modelos empresariais, propicia compreender o atual sistema de gestão do desportivo paraolímpico, também identifica os instrumentos e tendências da mercantilização do esporte e a transição do amadorismo para o profissionalismo.

Posteriormente abordaremos, por meio de documentos da legislação esportiva brasileira, como são constituídos os modelos de financiamento, e como a atual estrutura da legislação brasileira incentiva esta manifestação esportiva e discutiremos como todos elementos estão articulados, na gestão esportiva paraolímpica brasileira.

Portanto a proposta para o presente estudo é por meio de uma perspectiva qualitativa, realizar uma análise de conteúdo, em que os procedimentos metodológicos têm o objetivo de decompor o material analisado em partes, fazendo uma descrição do resultado encontrados na análise. Por fim fazer uma interpretação dos resultados obtidos.

## **Abordagem histórica**

Em razão de estabelecer uma linha de pensamento que articule os pressupostos teóricos sobre este campo do conhecimento e o objeto de estudo dessa pesquisa, de maneira que, esta construção permita sustentar as discussões e alcançar o objetivo proposto para este trabalho científico.

Para nos ajudar a compreender este fenômeno, o esporte contemporâneo, utilizaremos o referencial de BROHM, (1976), que apresenta seu trabalho com um “ensaio da sociologia política do esporte” que a principal dificuldade metodológica, trata se em respeitar os princípios gerais da ciência, pois seguindo seu pressuposto a intencionalidade do trabalho científico deve ser neutra, imparcial objetiva, e universal, mas em relação á sociologia esportiva que é determinada por sistemas de valores ideológicos e culturais, em que manifesta elementos inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, como a subjetividade parcial e perspectiva às vezes limitada a interesses de grupos de poder. Portanto este tipo de análise demonstra uma justaposição entre o investigador e o elemento de pesquisa.

Embora de acordo com o autor, nas ciências humanas o sujeito e objeto de investigação exprimem uma relação de simbiose, em que este vínculo torna se fundamental nesta área do conhecimento, pois possui um papel significativo, já que expressa um aspecto de intersubjetividade entre dois elementos, assim sendo o investigador a partir de seus questionamentos e seus valores imprimem uma função essencial para o desenvolvimento desse campo teórico.

Em sua obra, ele estrutura seu modelo de análise do esporte, nas dimensões sociopolíticas esportivas, de maneira que a normatização dos valores desportivos é circunscrita pela ambientação do esporte em torno do capitalismo, isto é, há uma relação dialética entre esporte e sociedade, em que a lógica do sistema esportivo é determinada por apropriações de valores burgueses no seio de sua organização. Assim sendo o autor discute as funções do esporte na sociedade moderna, como aparelho ideológico, ou seja, o estado utiliza o esporte para manter a ordem estabelecida, determinando os hábitos e valores na luta por estabelecer a hegemonia

política e cultural das classes dominantes, portanto a ideologia esportiva esta sujeita a serviço do sistema, de maneira que suas funções segundo o sociólogo é de dissimular as relações de produção, ou seja, procura fixar uma falsa consciência social para justificar a situação social vigente. Pois o uso do esporte como aparato ideológico, tem por objetivo potencializar as forças produtivas com a finalidade de manter a sistematização das relações de produção, e por fim como os meios de comunicação, orientam a construção de mitos e espetáculos esportivos.

Para tanto, o autor fundamenta a sociologia política do esporte, no entendimento do funcionamento do sistema esportivo, que procura hierarquizar e examinar as classes centrais que norteiam as práticas esportivas. (PRONI, 2002). Portanto o fenômeno é compreendido por sua totalidade, em que a evolução do esporte é concatenada com a evolução do capitalismo. Este modelo de Brohm, permite analisar as transformações ocorridas na transição do esporte moderno para o contemporâneo, pois apresenta uma variável consistente, para interpretação deste fenômeno cultural. Com isso o ponto de partida do esporte moderno é a mercadoria, que devido ao processo histórico, o esporte passa a ser produto com alta rentabilidade, já que em sua estrutura as relações de produção são determinadas principalmente por sistemas econômicos, políticos, culturais que procuram manter sua hegemonia na produção de práticas esportivas. Seguindo este pressuposto, que a produção esportiva esta imbricada por valores capitalistas, o rendimento é eixo central que guiam as relações de produção do esporte, desta forma os clubes têm a função de produzir campeões, e orientam seu sistema funcionamento na busca por novos talentos.

Segundo BROHM, (1976), começo do esporte do moderno, é caracterizado por uma ruptura histórica, na mudança da relação de produção escravista para a capitalista, que este conceito inserido no cenário esportivo é explicitado na apropriação do recorde como instrumento de mensuração da produção física dos desportistas, de maneira que a ideologia da sociedade industrial urbana dita um novo modelo de funcionamento para o esporte. Assim sendo o sistema esportivo moderno, é configurado por elementos que visam mensurar os agentes e entidades ligadas ao esporte, também otimizar a produção de resultados esportivos.

Ainda de acordo com autor, esse novo modelo de esporte, é concretizado com a consolidação do sistema de produção capitalista, em que ele identifica quatro fatores responsáveis

pelo desenvolvimento do esporte moderno (BROHM, cap2, p.76-80,1976, apud PRONI, (2002), cap. 2 p.39)

- (a) O aumento do tempo livre e o desenvolvimento do ócio (que ocupa um lugar de destaque na civilização do lazer);
- (b) A universalização dos intercâmbios mediante os transportes e meios de comunicação de massa (o esporte converte – se em “mercadoria cultural” graças á sua natureza cosmopolita);
- (c) Á revolução técnico – científica (que reflete – se na busca da eficiência corporal, nos novos materiais e equipamentos, inclusive no surgimento de novas modalidades esportivas);
- (d) E á revolução democrático – burguesa e o enfrentamento das nações no plano internacional (isto é, a dinâmica político ideológica).

A fim de construir um referencial para o esporte moderno, o autor considera que este fenômeno sociocultural é constituído por quatro dimensões: Institucional: em que o objetivo é determinar o melhor rendimento. Universalização: sistema de competições com intuito de comparar o rendimento corporal humano. Cultural: a apropriação de valores de competição no estilo de vida, ou seja, a busca contínua por superação. Relações sociais: que são ditadas por valores industriais, no modo de vida orientado pela necessidade do rendimento e do êxito. Também os seus elementos estruturais; rendimento, sistema de hierarquização das instituições, organização burocrática, publicidade e transparência e utiliza o esporte de alto rendimento como matriz para as demais manifestações esportivas. Como podemos notar este modelo é típico de uma sociedade industrial em que as suas leis de funcionamentos são motivadas pelo rendimento, assim sendo o modelo de estrutura capitalista de estado, legitima a reprodução das relações burguesas no esporte moderno.

Embora, seguindo outra perspectiva, a teoria dos campos de BOURDIEU, (1983), nos orienta a dar ênfase na estrutura das relações do mundo social e principalmente nas mudanças, já que para ele as construções socioculturais são agregadas de valores. Portanto para o autor não podemos dissociar o esporte das relações sociais, pois o mesmo está inserido nessas relações e as relações sócias que determinam o esporte.

A “obra Bourdiana” analisa a sistematização esportiva, a partir do ponto, dos agentes sociais, das estruturas estabelecidas e disposições num constante processo de interação, desta forma é importante conceituar alguns termos sobre o postulado do autor.

Os aspectos centrais da teoria do sociólogo partem do pressuposto do conhecimento praxiológico da noção de *habitus* e o conhecimento de campo. A estrutura é identificada no aspecto social com sendo objetiva e autônoma, isto é, determina suas próprias leis de ação de maneira prática e direta, a partir dos anseios da consciência dos agentes sociais, portanto guiam ou reprimem as representações e práticas de seus agentes. Podemos concluir que esse processo é determinado pela mediação das forças entre agentes sociais e sociedade.

O autor considera o conceito de *habitus* como um capital adquirido ao longo da história individual do sujeito que está em constante constituição, assim ele define esse termo:

“Um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus atores sem terem sido expressamente concebidas para este fim.” (BOURDIEU, 1983, p.94)

Desta forma, *habitus* opera como um princípio dos esquemas de percepção, pensamento e ação, que inserido no contexto de uma estrutura social, determina o núcleo de significação do mundo para o indivíduo. Portanto a realidade social é articulada por um conjunto de “relações invisíveis que constituem um espaço de posições exteriores definidas por uma posição relativa. Em que o *habitus* concatenado com a situação orienta a estrutura de uma sociedade”. (MARCHI, 2002, p. 86).

Dentro deste cenário desenhado pelo autor, as relações simbólicas apresentam uma função de manter e reconhecer as distâncias sociais que são determinadas pela concorrência de apropriação de bens, através do acúmulo das formas de capital econômico, social ou cultural, pois o espaço de produção social apresenta um sistema de classificação de posições sociais que reproduz as relações de dominação entre os grupos da sociedade. Todas essas manifestações e articulações são compostas em uma esfera que o autor define como *Campo*, que podemos entender como espaços estruturados de posições de luta em que as propriedades dependem das posições nesses espaços de produção, que podem apresentar uma interdependência das características de seus ocupantes. Assim sendo dentro desse campo de produção há um *lócus*, ou seja, um sítio onde ocorre a concorrência entre atores em torno de interesses específicos. Por fim o autor considera que as relações das instituições e suas estratégias que compõem a transformação ou conservação dos esquemas da sociedade, manifestam a relação de poder entre

os grupos sociais, que permite analisar o campo específico de produção, como o esporte, já que apresenta normas de funcionamento invariantes.

Assim sendo a construção do campo esportivo, devera expressar elementos, de um conjunto de disposições e representações sociais, que caracterizem um *habitus* esportivo, que manifestem um capital social e cultural específico, e uma estrutura que modele em torno de si mesmo novas formas de relações sociais.

### **Métodos e Técnicas**

Neste item serão discutidos os aspectos relativos pesquisa e apresentados os procedimentos metodológicos para sua realização. Dessa forma, este estudo se propõe em desenvolver um procedimento racional e sistemático para proporcionar respostas a problemas propostos. Para tanto optamos utilizar com referencial teórico LAKATOS e MARCONI, (1991), para construção metodológica que define as técnicas de pesquisa como; “técnica é um conjunto de preceitos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.” (LAKATOS e MARCONI, 1991, p.174) Desta forma a técnica de pesquisa é uma ferramenta importante, para a coleta de dados e construção do referencial teórico, a obra apresenta duas subdivisões das técnicas de pesquisa em que há uma documentação indireta e documentação direta. Para nossos objetivos o método escolhido trata se da documentação indireta, que é caracterizada por meio da investigação que o levantamento de dados não são feitos no próprio local onde ocorrem os fenômenos, de maneira que abrange procedimentos técnicos da pesquisa documental e a bibliográfica que serão importantes para o desenvolvimento da pesquisa e na contextualização sobre o processo histórico desde o esporte moderno até a organização do atual sistema desportivo paraolímpico, transferindo essa discussão para o modelo implementado na gestão esportiva vigente de desportos adaptados.

A pesquisa de documentação indireta trata se de um levantamento de dados de diversas fontes, que podem ser primárias (pesquisa documental) que segundo LAKATOS E

MARCONI, (1991), é caracterizada por uma coleta de dados limitada a documentos podendo ser realizada no momento que o fenômeno ocorre ou posteriormente, de fontes escritas ou não. Também há as secundárias (pesquisa bibliográfica), que é composta por fontes de toda bibliografia pública relacionada ao tema de estudo, dessa forma a pesquisa bibliográfica fornece um tipo de análise que permite ao pesquisador elaborar uma abordagem nova sobre o assunto pesquisado. Para o presente estudo as duas formas foram utilizadas com a finalidade de oferecer subsídios para melhor entendimento do tema e também a fim sustentar posteriores discussões da temática abordada.

# **1. Á TRAJETÓRIA DO DESPORTO PARAOLÍMPICO**

## 1.1. Origem do desporto paraolímpico

De acordo com a literatura existente, os primeiros documentos esportivos que apontam para o início do desporto adaptado, seriam na Alemanha em 1918, nos quais consta que um grupo de soldados alemães, deficientes físicos após a guerra, reunia – se para praticar tiro e também arco e flecha. Em 1932, na Inglaterra, formou – se uma associação de jogadores de golfe com um só braço.

Embora para GANHO (1981) e WINNICK (1990), (citados por ARAÚJO, Brasília, 1998, p. 19), os primeiros a praticarem uma atividade desportiva adaptada, foram às pessoas portadoras de surdez no século XIX, em 1870 na cidade de Ohio, EUA, em que as escolas para surdos ofereceram a modalidade de beisebol e posteriormente o estado de Illionis ofertaram o futebol em 1885. WINNICK, (1990), ainda afirma que ao final do século XIX o futebol tornou se o esporte mais praticado nas escolas para surdos.

No início do século XX, a escola de Wisconsin, passou a oferecer o basquetebol, dentro deste contexto, havia uma competição entre as escolas de surdos e também com outras escolas regulares, no ano de 1924, houve a competição internacional formal em Paris, de maneira que, nove nações participaram, e foi denominada Jogos do Silêncio. Devido a estas manifestações os atletas surdos foram os primeiros a demonstrarem uma incipiente institucionalização esportiva, assim em virtude desse processo, em 1945 de acordo com o mesmo autor, foi criada Associação Atlética Americana para Surdos (AAAD) que providenciava, sancionava e promovia competições para surdos.

Como podemos notar é difícil determinar com exatidão a origem do desporto adaptado, segundo os autores ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA (2004), a prática esportiva por pessoa portadora de deficiência (PPDF) há desde a antiguidade, embora apenas a partir da segunda guerra se estabeleceu por meio da maior ênfase dada á reabilitação, prevenção e organização em virtude do crescimento dessa população. E segundo esses autores em 1945, iniciou o primeiro programa de esporte em cadeira de rodas no Hospital de Reabilitação de Stoke Mandeville, em Aylesbury, Inglaterra. Em 1946 aconteceu um grande movimento, que

impulsionou o esporte em cadeiras rodas, em que uma equipe de atletas (ex-combates), conhecida como “Flight Wheels” realizou uma excursão pelo EUA, com regras adaptadas, o basquete em cadeiras de rodas, teve seu grande salto, de acordo com WINNICK (1990, citado por ARAÚJO, Brasília, 1998, p.19).

Assim sendo, a respeito da origem do desporto adaptado, conforme COSTA, SOUSA, (2004), a partir desse momento podemos observar duas vertentes em sua constituição, de maneira que, a norteada pelo Dr. Guttmann, que criou o programa de reabilitação no hospital de Stoke Mandeville, com enfoque médico, utilizando o esporte como método terapêutico, embora também propiciando uma condição de integração social para os pacientes, procurando minimizar os problemas psicológicos, e buscando reverter o estigma de ineficiente da comunidade deficiente na sociedade. A outra vertente trata-se da constituída nos Estados Unidos, que preconizava o esporte como meio de inserção social dando o sentido competitivo pelo desporto. Essas correntes segundo VARELLA, (1989), (Citado por COSTA, SOUSA, 2004), em determinado momento histórico apresentam objetivos comuns, em que por meio da prática esportiva de rendimento, buscava – se a inclusão de social dos indivíduos deficientes.

Neste momento podemos observar segundo os critérios de construção de um campo esportivo de BOURDIEU, (1983), a constituição de elementos que delimitam o campo de produção do movimento paraolímpico, em que essas correntes apresentam um capital social e cultural específico que impulsionaram essa representação social, que converte seus valores em um objeto de interesse a fim de legitimar suas relações com a sociedade. Assim sendo, estas tendências. Européia e norte-americana, buscaram em suas ações consolidar a posição do movimento no mundo esportivo, também devido ao aumento da demanda social.

Seguindo esta perspectiva em 1948, o Dr. Guttmann realizou os I Jogos Desportivos de Stoke Mandeville, paralelo aos XIV Jogos Olímpicos, com a participação de 14 homens e 2 mulheres das Forças Armadas Britânicas em uma única modalidade - Arco e Flecha. Em 1952, Dr. Guttmann realizou os II Jogos Desportivos de Stoke Mandeville com a participação de 130 atletas entre ingleses e holandeses. (ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA, 2004). Em 1960, o IX Jogos de Stoke Mandeville, foram realizados em Roma, logo após, ao final dos jogos olímpicos, e

passou a chamar Paraolimpíadas, com a participação de 23 países e 400 atletas, isto segundo ARAÚJO.

O Brasil participa da competição pela primeira vez na modalidade de BOCHA, na Alemanha em 1972, nos IV Jogos de Stoke Mandeville, mas não consegue conquistar nenhuma medalha. A partir desta Paraolimpíada, o Brasil manteve sua participação em todos os outros jogos. Também após a primeira Paraolimpíada houve um crescente desenvolvimento, tanto em relação ao número de participantes como a organização; captação de recursos, investimentos e estrutura dos jogos. Como podemos notar no quadro abaixo, este desenvolvimento do movimento paraolímpico internacional.

Quadro 1. Trajetória do desenvolvimento do desporto paraolímpico internacional.

Data	Cidade	País	Participantes	Delegações	Inclusão da Deficiência	Inclusão das Modalidades Esportivas
1960	Roma	Itália	400	23	Lesado Medular	Arco e Flecha, Basquetebol em cadeira de rodas, Dardo, Esgrima, Snooker, Natação, Tênis de mesa e Atletismo.
1964	Tóquio	Japão	390	22	Lesado Medular	Halterofilismo
1968	Tel Aviv	Israel	1100	29	Lesado Medular	Bocha (europeu)
1972	Heidelberg	Alemanha	1400	44	Lesado Medular	Não houve mudanças
1976	Toronto	Canadá	2700	42	Lesado Medular Deficientes Visuais Outros (Deficientes Físicos)	Goalball (cegos), Voleibol sentado e em pé e Tiro
1980	Arnhem	Holanda	2560	42	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais	Luta livre para cegos; Sai o Dardo e o Snooker
1984	Nova Iorque	EUA	1700	41	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais	Ciclismo, Futebol e Equitação
1988	Seul	Coréia	4200	62	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais Outros (Deficientes Físicos)	Judô e o Tênis.
1992	Barcelona	Espanha	4158	82	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais Outros (Deficientes Físicos)	Não houve mudanças
1996	Atlanta	EUA	4912	104	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais Outros (Deficientes Físicos) Deficientes Mentais	Primeira participação das pessoas portadoras de deficiência mental
2000	Sydney	Austrália	4000	180	Lesado Medular Deficientes Visuais Amputados Paralíticos Cerebrais Outros (Deficientes Físicos) Deficientes Mentais	Iatismo e Rugby (tetraplégica)

Fonte: ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA, Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - N° 72 - Maio de 2004.

BOURDIEU (1983) nos ajuda a entender este crescimento, marcado pela ação efetiva dos agentes sociais que determinaram o sistema de prática e consumo, no desporto paraolímpico, já que em virtude desse processo da ampliação do espaço da oferta e demanda esportiva em que o produto das relações sociais é expresso pelo novo sentido de *habitus*, isto é, o sentido das praticas e consumos assumem o significado de eficiência ao invés de deficiência, desta forma a estrutura do movimento paraolímpico propicia condições para o aumento da demanda social, o que implica em novas ofertas de modalidades, e criação de instituições que garantissem suas posições no campo esportivo, a fim de comportar o novo conjunto de praticas e consumo.

Assim como todos os esportes que passaram pelo processo de institucionalização houve a necessidade de criar um órgão que normatizasse a prática do paradesporto internacional, estas instituições são normalmente denominadas de federações internacionais, no âmbito mundial e de federações ou confederações no âmbito nacional. De maneira que, de acordo com SILVA, (2007), foi criada a Organização Internacional para deficientes (IOSD) em 1964, para atender os atletas com deficientes visuais, amputados, paralisados cerebrais e paraplégicos que não participavam dos jogos, por meio dessa organização, desta população, em Toronto 1976, há inclusão de atletas cegos e amputados nos Jogos Paraolímpicos.

Estas ações de outras entidades foram crescendo de forma que, houve a necessidade de constituir um órgão que pudesse concatenar esta endogênia do âmbito paradesportivo, assim de acordo com ARAÚJO, (1998), neste ambiente foi fundado em 1982, o Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes em nível mundial (ICC), que LINDSTROM (1996, citado por ARAÚJO, Brasília, 1998, p.26) exemplifica suas funções; Administrar os jogos Paraolímpicos e representar as organizações participantes do ICC que estavam sob direção do mesmo, estas federações são ; CP- ISRA (Federação Internacional de Desportos e Recreação para as pessoas com Paralisia); IBSA (Associação Internacional de Desporto para Cegos); ISMGF (Federação Internacional dos Jogos em Cadeiras de Rodas de Stock Mandeville) e ISOD (Organização Internacional do Desporto para Deficientes). Após as olimpíadas de Barcelona em 1992, o ICC foi substituído pelo Comitê Paraolímpico Internacional (IPC).

Atualmente associado ao IPC há mais de 100 nações – membros, além das quatro originais federações internacionais do ICC e uma quinta federação que representa atletas com deficiência mental, INAS – FMH (Associação Internacional de Desportos para Deficientes Mentais). A sexta organização internacional é a CISS (Comitê Internacional Desportos para Deficientes Auditivos) que é separado do movimento Paraolímpico e do IPC.

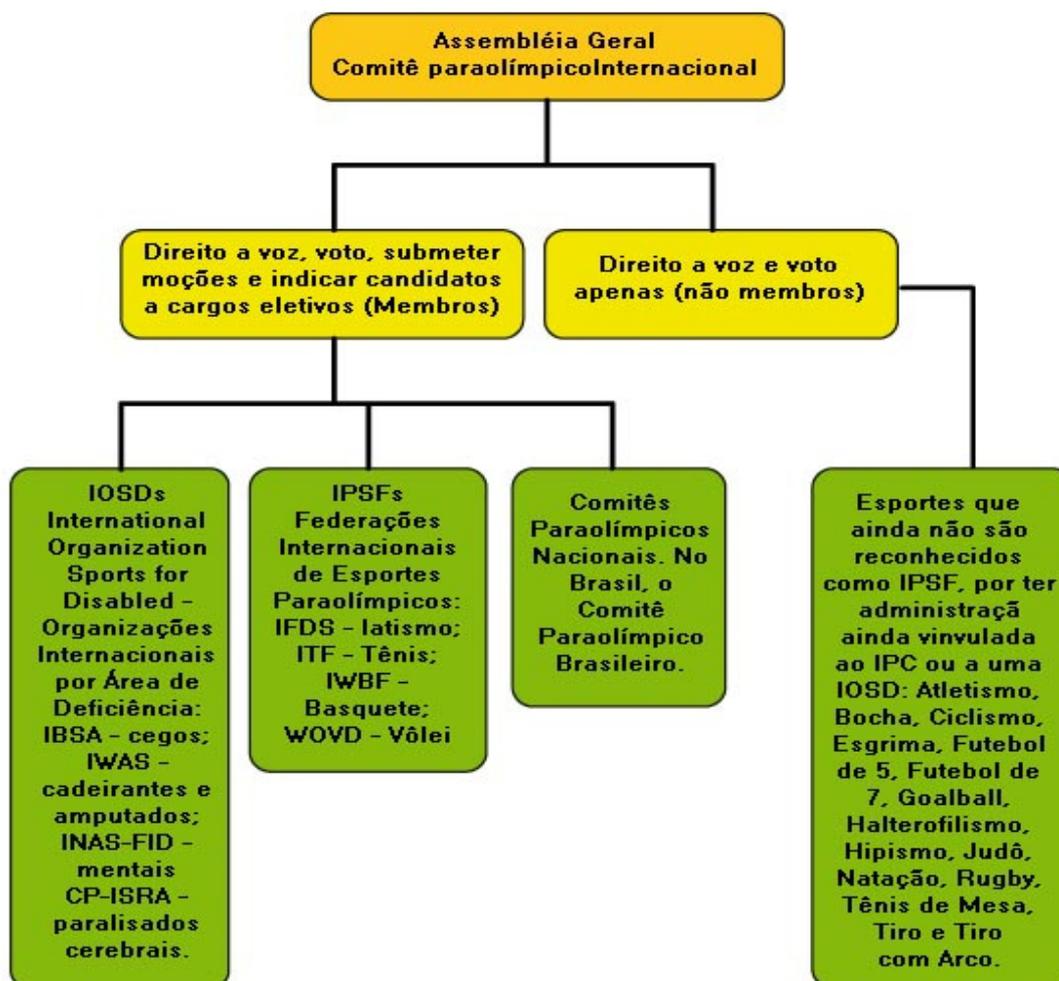
Em 22 de Setembro de 1989, o IPC foi oficialmente criado, segundo o autor, que significou um avanço, que implicou em uma nova configuração na estrutura do movimento paraolímpico, já que entre seus objetivos eram organizar, coordenar e supervisionar em todas as

esferas, as federações e membros ligados a ele, na busca de uma equiparação com o movimento olímpico internacional.

Isto foi concretizado em Barcelona 1992, quando as Paraolimpíadas foram organizadas pelo mesmo comitê dos Jogos Olímpicos, este é um marco para o movimento do esporte paraolímpico, pois a partir deste momento, os Jogos Paraolímpicos deram um salto em termo qualitativo e quantitativo, o que trouxe uma estabilidade para o esporte paraolímpico internacional e possibilitou sua ampliação em outros campos da sociedade contemporânea.

Assim desde Seul 1988, os jogos são realizados no mesmo local das Olimpíadas, hoje a estrutura administrativa do esporte paraolímpico, segundo SILVA, 2007, apresenta uma estrutura organizacional, em que a Assembléia Geral, com direito a voz e poder de decisão possui quatro entidades internacionais por áreas de deficiência (IOSDs) e Federações esportivas internacionais (IFSFs), esportes administrados pelo IPC por serem multideficiência e esportes administrados pelas IOSDs, por serem para uma única deficiência, os comitês nacionais também fazem parte dessa estrutura, entre eles o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), a seguir, iremos demonstrar o organograma do Comitê Paraolímpico Internacional, no ano de 2007;

Figura 1. Estrutura internacional do desporto paraolímpico



FONTE: CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro). História da Paraolimpíada.

[www.cpb.org.br/paraolimpíada/paraolimpíada.asp](http://www.cpb.org.br/paraolimpíada/paraolimpíada.asp). Acesso em: 22 jun, 2006. Apud, Silva, 2007.

Esta presente estrutura possibilitou um grande avanço para o movimento paraolímpico internacional, de maneira que, atualmente apresenta uma ampla variedade de práticas desportivas e conjunto de ações, que permitiram uma nova configuração dentro do cenário esportivo, concatenado com o presente modelo do esporte contemporâneo.

Este modelo, segundo BOURDIEU, (1983), que a fundação das entidades paraolímpicas determinou uma relativa independência da estrutura social, embora respeite os acontecimentos históricos, econômicos e sociais, geraram um espaço de produção do desporto

paraolímpico que é constituído por uma lógica em que as práticas sociais seguem os princípios que são orientados em assegurar a representação e defesa dos interesses dos praticantes.

Assim sendo as práticas esportivas disputam o monopólio de legitimação, em que o capital específico torna o objeto, em um meio de disponibilização de recursos para sobrepor sua posição social, a fim de ampliar sua área de atuação. Isto é, como os jogos paraolímpicos passaram a ser organizados pelo mesmo comitê dos jogos olímpicos possibilitou que as estratégias dos agentes sociais atribuir as paraolimpíadas um outro *status* social, em que a reinvenção dos jogos paraolímpicos seguiu a nova função dos jogos olímpicos, que segundo PRONI, (2004), transformou o esporte de alto nível em uma atividade profissional voltada para satisfazer a indústria do entretenimento,

Com a materialização dessa estrutura, as entidades paraolímpicas apresentam características da organização contemporânea do esporte, em que a dimensão aristocrática do modelo moderno do esporte sofre uma mudança do amadorismo para profissionalismo, ou seja, sua sistematização é configurada por uma lógica de difusão ampliada para além dos praticantes das modalidades, que segundo TUBINO, (a), 1992, este novo conceito de esporte, expressa um arcabouço formal e institucionalizado, que segue o paradigma do esporte como negócio, com a influência decisiva da mídia que procura através do espetáculo esportivo um retorno financeiro para suas ações.

Este funcionamento para BOURDIEU, (1983), reforça o reino dos profissionais por meio do consumo passivo do esporte, de maneira que o prazer esta na busca pelo sensacional pelo suspense que o evento esportivo proporciona, e não na pratica em si da modalidade. Portanto o desporto paraolímpico torna se uma mercadoria para indústria do entretenimento.

Desta forma, as transformações ocorridas no campo paradesportivo, em que a oferta é norteadada pela inovação tecnológica, invenção de novas modalidades, e reinterpretção dos esportes pela televisão. Assim a demanda é transformada pelo novo estilo de vida dos indivíduos que devido ao aumento do tempo livre e o novo raciocínio da satisfação pelo próprio esforço, concatenado com o novo paradigma esportivo ampliam a distribuição das práticas e consumo esportivos.

Portanto podemos compreender que essa passagem do esporte moderno para o contemporâneo, que segundo PRONI, (1998, a), é determinada pela transição do amadorismo para o profissionalismo, na articulação de uma lógica mercadológica que objetiva a rentabilidade,

com uma organização empresarial, em que as ações de marketing utilizam os meios de comunicação de massa e econômicos para ampliar o consumo e manter a dominância do esporte espetáculo em relação às outras manifestações do campo esportivo com a educacional e de lazer.

É importante destacar a lógica capitalista burguesa, existente neste espaço de produção, que segundo o modelo de BROHM, (1976), o sistema de funcionamento das instituições, apresenta uma estrutura burocrática de maneira que a trajetória do movimento paraolímpico é orientada pela lógica de mercado, em que há uma especialização esportiva, no seio de suas organizações apresentam uma “armação” empresarial, que visa o máximo rendimento, isto é aumentar a capacidade produtiva, haja vista que instrumentaliza o esporte como meio de massivo de padronização de comportamentos, com a finalidade de expandir o seu mercado consumidor.

## **1.2. Origem do desporto paraolímpico no Brasil**

O início da prática do esporte adaptado no Brasil ocorreu devido á iniciativa individuais de pessoas portadoras de deficiência que procuraram os serviços de reabilitação norte - americana, na década de 50, conforme ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA, (2004), Robson Sampaio de Almeida e Serafim Del Grande ao voltar do tratamento nos EUA, com a experiência adquirida criaram dois clubes, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, a fim de dar continuidade a os trabalhos desenvolvidos fora do país.

Assim sendo, segundo ARAÚJO, em Novembro de 1957, a AACD (Associação de Assistência a Criança Deficiente), trouxe um time do “Pan Jets”, que eram funcionários da empresa Pan American World Air Ways, para realizar uma excursão pelo país, esta ação impulsionou o movimento do esporte adaptado, em virtude de envolver também outras esferas da sociedade, já que de acordo com o mesmo autor, o Dr. Paulo Machado de Carvalho na época vice - presidente da Federação Paulista de Futebol, promoveu uma campanha de divulgação do esporte praticado pelas pessoas portadoras de deficiência e conseguiu uma doação de 10 cadeiras de rodas feita pelo fabricante Balmer.

Em 28 de julho de 1948 é fundado oficialmente o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP), em 6 dezembro, de 1959, o CPSP realiza alguns jogos fora do país e em 1960 participa do I Campeonato Mundial realizado em Roma. Após esta introdução do esporte adaptado no Brasil, o movimento do desporto adaptado buscou ampliar os contatos internacionais, a fim de promover e desenvolver o mesmo, a partir de 1969, quando foi formada a primeira seleção que participou do II jogos Pan-americanos realizados em Buenos Aires, o Brasil procurou aprofundar o intercâmbio entre os profissionais que estavam envolvidos com o esporte adaptado, desde então o país busca uma participação efetiva neste campo de atuação.

Com isso, de acordo com COSTA, SOUSA, (2004) a estrutura do desporto adaptado nacional consolidou se em 1975, com a criação da ANDE - Associação Nacional Desporto para Excepcional, que agregava as pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Já em 1976, nos V Jogos Paraolímpicos em Toronto, Canadá, o Brasil conquista as suas duas primeiras medalhas paraolímpicas, na modalidade de BOCHA, ambas de prata. Em 1980, nos VI Jogos Paraolímpicos em Arnheim, Holanda, o Brasil participa pela primeira vez na modalidade de basquetebol em cadeira de rodas e natação, mas não conquista medalhas.

A melhor participação brasileira, até então foi nos VII Jogos Paraolímpicos em Aylesbury, Inglaterra e Nova Iorque, EUA, em 1984 em que foram conquistadas seis medalhas de ouro, doze de prata e três de bronze, batendo dois recordes paraolímpicos e três mundiais, com apenas 21 atletas. Nesta mesma edição o Brasil teve a primeira participação dos atletas deficientes visuais e um deles conseguiu conquistar uma medalha de prata na modalidade de atletismo, em Seul, 1988 nos VIII Jogos Paraolímpicos, a delegação brasileira tem uma participação significativa e obteve 27 medalhas, sendo 4 de ouro, 10 de prata e 13 de bronze, na edição posterior em Barcelona em 1992, o Brasil conquista 7 medalhas, sendo 3 de ouro e 4 de bronze isto segundo o CPB. Nas seguintes edições o Brasil, conseguiu uma evolução no rendimento dentro das paraolímpicas como veremos abaixo:

Tabela 1. Participação brasileira nas últimas edições dos jogos paraolímpicos.

Jogos Paraolímpicos	Classificação Geral	Numero de Medalhas			
		Ouro	Prata	Bronze	Total
Atlanta 1996	37 <sup>o</sup>	02	06	13	21
Sidney 2000	24 <sup>o</sup>	06	10	06	22
Atenas 2004	14 <sup>o</sup>	14	12	07	33
Pequim 2008	9 <sup>o</sup>	16	14	17	47
Total		38	42	43	123

Como podemos observar há uma curva crescente, no desempenho brasileiro nos Jogos Paraolímpicos com isso é importante identificar como foi constituído o processo de institucionalização do esporte paraolímpico no Brasil, a fim de compreender como as forças que atuam nesse campo de produção impulsionaram os movimentos e os agentes desencadeadores do processo de crescimento do desporto adaptado brasileiro, que serão discutidos nos capítulos posteriores.

É importante destacar que este desenvolvimento do Brasil, nas paraolimpiadas, é circunscrito por capital adquirido dos indivíduos ao decorrer do tempo, que BORUDIEU, (1983), considera como *habitus*, o conjunto de fatores, que levaram as pessoas portadoras de deficiência atribuírem um novo significado para as praticas esportivas, com isso o aumento na demanda social, reflete o estilo de vida que regem a estrutura da sociedade brasileira, de maneira que as ações isoladas individuais que nortearam no principio as manifestações do esporte adaptado nacional, influenciadas pela perspectiva internacional de inclusão social, motivaram as ações dos agentes sociais, que buscaram pelo meio do esporte uma forma de garantir seus direito de participação na sociedade.

### **1.3. Processo de institucionalização do desporto paraolímpico nacional**

Durante as últimas décadas do XX até os dias atuais, o esporte sofreu profundas transformações, de maneira que, segundo PRONI, (2004), a polarização entre amadorismo e profissionalismo que manifestava – se no âmbito esportivo na década de 1980, direcionou as instituições esportivas para um novo paradigma do esporte de alto rendimento. Assim sendo este conflito norteou o esporte para uma perspectiva empresarial, em que as organizações esportivas tenderam a se profissionalizar.

O esporte adaptado no Brasil, nesta época, apresentava uma concepção amadora, conforme TUBINO, (a), (1992), uma organização amadora, trata se de uma estrutura baseada no estado, que assumia um papel de desenvolver a infra-estrutura esportiva e difundir o esporte. Dessa maneira de acordo com Vanilton Senatore, em entrevista cedida a ARAÚJO, (1998), que atuou com dirigente, junto á Secretaria de Educação e Desporto no final do Governo de João batista Figueiredo, também na Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, no Governo Sarney. E na Secretaria de Desporto da Presidência da Republica, no Presidente Collor.

Em 1980, o SEED (Secretaria de Educação Física) integrante do MEC (Ministério da Educação e Cultura) que permaneceu vinculado ao Ministério da Educação até 1990. Estimulado pelo, “Ano Internacional da Pessoa Internacional”, promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1981, que anteriormente havia no período 1986 á 1981, gerado uma resolução que os países membros deveriam elaborar planos e metas para a população portadora de deficiência.

Fez com que o governo brasileiro promovesse algumas articulações políticas, a fim de fomentar o esporte adaptado no Brasil, em que o apoio governamental foi financiar eventos esportivos, porém sem um projeto estabelecido, a difusão do movimento paraolímpico nacional, ficou inviabilizada, já que não houve continuidade das ações do mesmo.

Em 1982, segundo ARAÚJO, (1998), ocorre o primeiro congresso brasileiro esporte para todos (EPT), que entre seus objetivos para o esporte adaptado, era de mudar a percepção da sociedade em relação ao deficiente, e utilizar o esporte com agente terapêutico. Já em 1984, no segundo EPT, é aprofundada esta problemática e são discutidas as formas de integração social das PPDF, assim sendo os programas sociais de acordo com o autor visam sensibilizar a sociedade, com o discurso de diminuir as diferenças e aumentar as semelhanças.

O terceiro congresso EPT, em 1986, além de ter os mesmos objetivos já citados, acrescenta que as atividades esportivas e de lazer, devido ao aumento do tempo de livre, permite uma maior inserção social das PPDF, assim com a ampliação de debates sobre a situação da PPDF na sociedade, houve algumas propostas para atender esta população.

Já que anteriormente em 1984, houve uma ação de continuidade do Estado no sentido de desenvolver uma sistematização do esporte adaptado, em que foi criado o projeto integrado SEED – CENESP (CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL) constituído pelo Instituto Benjamin Constant (Escola Especializada no atendimento de deficientes visuais, situada no Rio de Janeiro e vinculada diretamente ao MEC e da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que gerenciou o projeto, e propôs a criação de um Comitê Nacional formado por especialistas e representantes das entidades de atendimento das pessoas portadoras de deficiências para avaliar e reestruturar a educação especial no Brasil.

A partir dessa ação, foi concebido a CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da pessoa Portadora de Deficiência), dessa forma, o SEED foi transformado em Secretaria de Educação Especial, vinculado ao Ministério da Educação.

Podemos notar que as iniciativas governamentais, neste período, procuraram estabelecer uma articulação maior dos representantes das pessoas portadoras de deficiência, já que estas apresentavam espécie embrionária de organização, pois em 1985 apenas 8 de 96 dos cursos de educação física possuíam em sua grade curricular alguma referencia a questão da educação física adaptada.

Também neste ano acontece o Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que tinha como o principal objetivo consolidar a

integração social desta população e aprimorar a educação especial, já que propunha o envolvimento da iniciativa privada, a intersetorialidade dos ministérios, e uma coordenação nacional, para organizar as estratégias de inserção social das PPDF, e definir um programa de ação para este grupo.(ARAÚJO, 1998). Já em 1987 ocorre a inserção de disciplina educação física adaptada (optativa) na grade curricular dos cursos de graduação de educação física e a oficialização do CORDE.

Ainda, de acordo com Vanilton, nos axenos da obra de ARAÚJO, (1998), era necessário desenvolver a infra-estrutura para a prática esportiva, por que os atletas brasileiros competiam em desvantagem, nos eventos internacionais com os atletas de países avanços. Um projeto feito em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério da Indústria e do Comércio, buscou formas de desenvolver cadeiras de rodas adequadas para prática esportiva, era o primeiro sinal de intersetorialidade, a fim de realizar uma estruturação do esporte adaptado brasileiro.

Seguindo esta premissa no triênio de 86/89 a CORDE organizou comissão que viabilizou a participação do Brasil nas Paraolímpadas em Seul 1988, com apoio do SEED/MEC, em 1988 a comissão constituída pelo CORDE, conseguiu captar recursos financeiros governamentais e sensibilizar a comunidade privada, com isso foi possível assegurar o recurso necessário para delegação brasileira e criar uma comissão de referência para o IPC, que centralizasse as informações das entidades internacionais, ligadas ao desporto paraolímpico.

Este foi um ponto importante dentro do processo de institucionalização do paradesporto nacional, já que esta comissão foi o embrião do CPB, pois direcionava o desporto paraolímpico brasileiro, a buscar novas formas de financiamento esportivo. Assim a comissão conseguiu patrocínios de empresas privadas, como Amil, Hering, Banco do Brasil, entre outras empresas, que permitiram captar recursos para a delegação paraolímpica participasse das Paraolímpadas de Seul.

Até o presente momento, os mecanismos sociais, direcionam o espaço de produção do movimento paraolímpico nacional, na busca por representantes sociais que garantissem sua posição no campo esportivo brasileiro, para tanto com a finalidade de compreendermos melhor essa articulação nos debruçamos no modelo analítico de BOURDIEU,

(1983), que os determinantes para a prática esportiva são o capital econômico, cultural e o tempo livre, de maneira que estes elementos são influenciados pelo *habitus* e posição social dos agentes sociais, como na época o desporto paraolímpico era representando por um grupo que não abrangia os interesses específicos das PPDF, isto restringiu a autonomia do campo paradesportivo nacional, que era dependente do estado para determinar as leis de oferta e demanda.

Portanto podemos entender que as estratégias dos agentes eram norteadas pela luta de uma interposição social, já que suas ações articuladas com *habitus* o desenvolvimento econômico do Brasil em virtude do processo de redemocratização da sociedade brasileira buscavam uma legitimação dos interesses específicos das PPDF.

Portanto, era preciso criar uma sistematização que garantisse uma condição mínima de apoio, a médio e longo prazo, para que o campo desportivo adaptado brasileiro constituísse um modelo para ampliar as suas práticas e consumos esportivos, já que além de recursos provenientes das loterias esportivas, havia a lei em vigor na época Mendes Thame que permitia que as empresas obtivessem vantagem fiscal por meio de patrocínio esportivo, para tanto faltava um estabelecimento de políticas públicas que estabelecesse essa sistematização.

Em 1990, no Governo Collor, houve uma reformulação da legislação esportiva, que segundo, Person Matias da Silva dirigente da Secretaria de Educação e Desporto, na década de 1990 e Renausto Alves Amanjás, coordenador do departamento de Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência do INDESP, explicitam nos anexos da obra de ARAÚJO, (1998), como foi constituída esta reformulação.

Assim seguindo os pressupostos do plano plurianual, de 1991 á 1995, foi criada a Secretaria dos Desportos, que possuía um departamento para as pessoas Portadoras de Deficiência, para assumir a secretaria foi escolhido o ex – atleta de futebol, Arthur Nunes Coimbra, o Zico, que tinha como principal missão modernizar a estrutura desportiva brasileira, que estava amarrada á lei 6.251/75, que manifestava aspectos inconstitucionais, como as instituições esportivas tinham que ter seu estatuto aprovado pelo CND (Conselho Nacional de Desporto).

Dessa forma, a Lei Zico/93 gerou um projeto de lei que institucionalizou o desporto adaptado, isto é, havia um órgão que representasse as PPDF, dando um apoio para suas atividades, de maneira que, ficou determinado uma fonte de recurso permanente para o desporto, um percentual dos valores das apostas feitas, nas diversas formas de loterias administradas pelo governo federal, deveria ser repassada para o Fundo do Desenvolvimento do Desporto que é administrado pelo INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto), que foi concebido pelo decreto-lei nº 1.437/95, como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Desporto, que buscava por meio de seus objetivos no período de 1996 – 1999; mobilizar a sociedade; desenvolver e difundir os meios científicos e tecnológicos do desporto nacional; promoção do desporto de rendimento; assistência ao atleta profissional e ao em formação; fomento do desporto dos Estados e Distrito Federal. (ARAÚJO, 1998).

Com essa nova organização o esporte nacional passou a ter assegurado 4,5% de cada aposta para o desporto sendo uma parte aplicada no paradesporto brasileiro. Porém sem apresentar programas específicos para atender as PPDF.

Em 1992, Governo Itamar, conforme o colega Renausto explica nos anexos da tese de ARAÚJO, (1998), ocorreu a reestruturação administrativa na secretaria, o departamento para desporto adaptado passou a ser coordenadoria, porém com mesmo propósito, tanto que plano plurianual de 91/95, foi mantido, entre metas estabelecidas para este projeto, que tinha um caráter desenvolver o esporte adaptado como um todo, de maneira integrada, ocorrem alguns avanços, embora alguns objetivos não tenham sido atingidos, como a meta de 23 pesquisas por ano e documentação e informação de 20 publicações por ano totalizando 100 no final de cinco anos, segundo o mesmo, isto não ocorreu por que faltou incentivo para o desenvolvimento da área devido ao foco dos órgãos financiadores estar voltado para outras áreas do conhecimento, também não havia uma metodologia de avaliação aplicada para esta vertente de pesquisa.

Mas em 1993 ocorre “Encontro Técnico de Avaliação Desportiva das Pessoas Portadoras de Deficiência na Década de 82/93”, que entre os fatores que foram aprimorados, eram a formação de recursos humanos, porém o avanço tecnológico ficou restrito a algumas ações privadas. Já em relação ao apoio para a propagação de eventos esportivos, foi plenamente contemplada.

Portanto, podemos observar nestes dados com essa nova estruturação esportiva, a institucionalização do desporto adaptado no Brasil, se deu de fato em 1990, que propiciou uma sistematização e organização com diversas manifestações do esporte adaptado brasileiro, de maneira que, foi possível traçar um plano de ação á médio prazo, o que parecia inviável na década de 80. É importante destacar que este modelo apresentava lacunas, pois os recursos oriundos do governo ainda eram escassos para o pleno desenvolvimento do desporto paraolímpico, assim era fundamental buscar outras formas de financiamento e parcerias para o mesmo.

Seguindo o novo paradigma de esporte contemporâneo, que veremos com maiores esclarecimentos em capítulos futuros deste estudo, as instituições necessitavam de um caráter profissional, que apresentasse aspectos empresariais, o CPB, concebido em 1995, assumia esse papel de normatizador e fomentador do esporte adaptado brasileiro, e implementou em sua estrutura um departamento de marketing, para criar um plano de ação, a fim de atrair parcerias que viabilizassem o desenvolvimento do desporto paraolímpico.

Assim sendo, em 1995, foi criado os Jogos Paradesportivos Brasileiros, Goiana, com a participação de 750 atletas, com esse tipo de evento o propósito era sensibilizar as empresas a integrar o projeto, por meio da mídia de massa, em razão da exposição espontânea em veículos de comunicação, devido ao impacto do evento na sociedade, como o campeonato mundial para deficientes mentais no Brasil, por isso a mídia passou a ser um dos elementos fundamentais para o avanço do esporte paraolímpico neste período, segundo o presidente do CPB da época João Batista Carvalho e Silva (ANEXOS, ARAÚJO, 1998), e esta presente até os dias atuais.

Embora, mesmo com a organização de eventos dessa natureza, ainda havia necessidade de construir um calendário esportivo permanente, a fim de propiciar uma estabilidade para o âmbito paraolímpico nacional, também atraindo investidores que buscassem vincular sua marca a os eventos; campeonatos esportivos, além de empatia com a opinião pública e maior visibilidade midiática.

Conforme obra de Araújo, em 1996 a ABRADACAR, organiza competições 5 regionais; 5 anuais mais o brasileiro de cada modalidade num ano e os paradesportivos no outro,

além de campeonatos internacionais. Devido á escassez de dados sobre temática fica insociável verificar se isto ainda acontece atualmente, porém neste período as dificuldades de organizar eventos paradesportivos eram na captação de recursos, já que os recursos governamentais permitiam apenas a condição de infra-estrutura básica, para a realização de campeonatos, ocorrendo uma lacuna na promoção e divulgação do mesmo. Portanto apesar da institucionalização do desporto adaptado, as entidades ligadas ao movimento dependem quase exclusivamente de recursos governamentais para manter – se.

Como podemos notar, seguindo o pressuposto de BROHM, (1976), a organização esportiva do desporto paraolímpico brasileiro, é ministrada de acordo com o modelo do autor, em que a gestão esportiva é ditada por uma organização burocrática, isto é, o sistema de funcionamento é hierarquizado, com um regulamento rígido, em que seu estatuto define as normas que regimenta as formas de produção esportiva, em que as entidades devem apresentar os pré – requisitos para serem integrantes do CPB, outro elemento é a publicidade em que fica explícito, em um dos objetivos dos Jogos Paradesportivo Brasileiros, de atrair investidores para o movimento, (ARAÚJO, 1998). Outro fator é o rendimento, que nesse caso podemos entender como produtividade do evento esportivo, ou seja, quais os lucros econômicos, cultural e social que serão adquiridos na produção de competições.

Mesmo com o decorrer dos anos e uma implementação de políticas públicas, que visam otimizar o cenário paradesportivo nacional, a situação não alterou muito, visto que em MELLO, 2004, avalia a situação da preparação dos atletas paraolímpicos para as Paraolimpíadas de 2000, Sidney, em que o CPB, organizou uma comissão multidisciplinar para avaliar o desempenho dos atletas, com o intuito de dar suporte á delegação brasileira, como buscar recursos para alimentação e condições básicas para os atletas, algo muito semelhante com a comissão de 1988, nas vésperas das Paraolimpíadas em Seul, passaram se uma década e a situação permaneceu basicamente a mesma. Mas esta comissão de 1999 deixou alguns apontamentos importantes para resolução dessa situação como veremos abaixo:

1. Adequação do calendário nacional ao paraolímpico internacional
2. Comissão permanente de avaliação
3. Descoberta de Talentos
4. Implementação de cursos de atualização
5. Auxílio no desenvolvimento das atividades de classificação funcional
6. Formação da Seleção Brasileira Paraolímpica Brasileira.

Fonte: MELLO, T, M; Avaliação dos Atletas Paraolímpicos Brasileiros Sidney 2000, Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada Temas em educação física adaptada/ Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada – Sobama, 2001, pg 78.

As posteriores Leis de incentivo ao esporte, como Lei Pelé/98, Lei Agnelo Piva/2004, e Lei de incentivo fiscal/2006 e o programa bolsa atleta/2008, que o iremos nos aprofundar em capítulos posteriores, deram sequência ao processo de profissionalização e institucionalização do sistema esportivo brasileiro iniciado na Lei Zico/93 dando suporte para os atletas brasileiros paraolímpicos, poderemos ver isso no quadro dois que demonstra como foi configurado este processo.

Quadro 2. Processo de institucionalização do desporto paraolímpico brasileiro

<b>Décadas</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
<b>Organização</b>	<b>Amadora</b>	<b>Amadora e Profissional</b>	<b>Amadora, Profissional e Empresarial</b>
<b>Formas de Financiamento</b>	<b>Estatal</b>	<b>Estatal e Privado</b>	<b>Estatal e Privado</b>
<b>Dificuldades</b>	<b>Captação de Recursos, infra estrutura, pesquisa na área, políticas públicas e avaliação do modelo de financiamento.</b>	<b>Captação de recursos, infra estrutura, organizar calendário esportivo, pesquisa na área, políticas publicas avaliação do modelo de financiamento</b>	<b>Infra estrutura, visibilidade midiática, captação recursos, novas parcerias, adequação do calendário esportivo nacional, pesquisa na área avaliação do modelo de financiamento</b>

Este quadro demonstra as transformações da gestão esportiva do desporto adaptado brasileiro, durante o seu processo de institucionalização, para o compreendermos melhor, nos baseamos nas considerações de PRONI, (1998, b), em relação os modelos de

organização e gestão esportiva, e na obra de ARAÚJO, (1998), que discorre sobre as principais dificuldades das entidades paradesportivas brasileiras.

Assim sendo, PRONI, (1998, b), considera decisiva a introdução do marketing esportivo na organização esportiva do esporte contemporâneo, pois segundo o autor com a difusão de hábitos esportivos e a consolidação da cultura de massa, ocorre uma expansão do consumo de produção esportiva, já que o esporte torna se espetacularizado em virtude de sua veiculação na mass media, e de sua transformação de mercantilização cultural, de maneira que o mundo empresarial apropria dessa situação para ampliar seu mercado consumidor por meio de estratégias globais de marketing.

É importante lembrar que o modelo de organização esportiva brasileira é baseado no modelo europeu de organização esportiva, já que as entidades apresentam um caráter sem fins lucrativos, com uma concepção institucional amadora, seguindo este pressuposto de Proni, a gestão esportiva brasileira, manifestava e ainda manifesta um conflito em seu interior, pois estas tensões entre as entidades limitam a acumulação de capital. Embora na década de 90, a federação internacional de vôlei, que segue o modelo europeu de organização, constitui uma forma de gestão ditada pela lógica mercantil, que profissionalizou sua administração, cria a liga mundial, com as melhores seleções da modalidade, adequando o jogo aos moldes televisivos, com transmissões ao vivo e patrocínios milionários que orientaram esta modalidade para o esporte espetáculo.

Em nosso quadro podemos observar que as entidades paraolímpicas em sua maioria apresentam ainda uma organização esportiva amadora, porém o CPB é constituído por uma organização empresarial, isto é, para PRONI, (1998, b), esta forma de organização é configurada por uma lógica de comercialização de eventos e utiliza o marketing esportivo com plano plurianual, com a finalidade de atrair novos investidores, o CPB em sua formatação atual é, constituído por essas bases citadas, que entre seus departamentos, possui um setor voltado para desenvolver estratégias de marketing plurianuais, com intuito de atrair investidores. Assim sendo, podemos concluir que estes elementos concatenados com globalização esportiva aceleram o processo de profissionalização e espetacularização do desporto paraolímpico brasileiro, nesta presente década.

As formas de financiamento serão abordadas com maior detalhe em outro capítulo, para este momento é necessário destacar que devido á nova mentalidade de políticas públicas, os recursos estão sendo captados por duas fontes: estatal e privada. Embora a privada na maioria das vezes, é captada por leis de incentivos fiscais governamentais, há poucas entidades segundo ARAÚJO, (1998), que conseguem o patrocínio direto das empresas.

Por fim segundo a tese de ARAÚJO, a maioria das dificuldades encontrada nas décadas de 80 e 90, ainda permanece como a infra – estrutura, captação de recursos e o fomento de pesquisa na área, entretanto outros empecilhos são manifestados de acordo com a organização esportiva, assim sendo estas tensões no sistema federativo, que busca a consolidação da gestão empresarial do esporte espetáculo, direcionam mudanças na legislação esportiva, (PRONI, 1998, b) Como podemos observar na lei Zico/93 e Lei Pele/98, que direcionam a administração do desporto paraolímpico, para moldes empresariais, que busca por maior visibilidade midiática, novas parcerias e melhores condições dos eventos esportivos.

## **2. O MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO**

## 2.1. Características do esporte paraolímpico brasileiro

Atualmente segundo o Censo Demográfico, em 2000 o Brasil tinha 24,6 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência (PPDF), o que correspondia a 14,5% da população brasileira segundo o IBGE. Há uma grande procura das pessoas portadoras de deficiência física, pela atividade física em virtude dos benefícios promovidos por esta prática, segundo STEINBERG (1994), a atividade física propicia um bem estar físico, psicológico e social em todas as pessoas, portadoras de deficiência ou não, comprovou também que a prática de exercícios físicos para portadores de lesão medular, poliomielite e doença neuromuscular progressiva é benéfica para o físico destas pessoas. Para ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA, (2004), além dos benefícios supracitados, pode diminuir a incidências de enfermidades, trazer ganhos de força e maior consumos de oxigênio, vejam como os autores explicitam essa teoria:

“No caso do lesionado medular há menor incidência de complicações urinárias, úlceras de pressão e doenças cardíacas. Para um portador de poliomielite o ganho de força é relevante, mas necessita de cuidados porque os exercícios muito fortes podem lesar o músculo que está parcialmente 'desenervado'. No caso de um portador de distrofia neuromuscular, apesar de algumas contradições, está se comprovando que há melhoras na força muscular, capacidade de trabalho e consumo de oxigênio”.

ITANI, et,al; Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - N° 72 - Maio de 2004.

De maneira geral a prática regular de exercícios previne as doenças associadas ao sedentarismo. Outro ponto importante da atividade física para os portadores de deficiência, de acordo NOCE, SIMIM, MELO, (2004), trata se do aspecto psicológico e social, desse modo a rotina de exercícios físicos, atua como um agente facilitador de inclusão social, pois o indivíduo adquire uma identidade social, e também proporciona a estabilidade da auto-estima e conseqüentemente a diminuição da depressão provocada pela nova realidade que encontra se o indivíduo portador de deficiência. Portanto a filosofia do esporte adaptado é norteada por esses conceitos, em razão desta população possuir características peculiares, a categorização nas

modalidades é realizada em virtude do grau de comprometimento e das diferentes causas da deficiência.

Como podemos observar, a prática esportiva propicia inúmeros benefícios, entretanto em que locais são praticados os esportes, segundo a literatura existente, a oportunidade de prática é bastante restrita para as PPDF, já que praticamente são realizadas em centros de reabilitação, embora haja centros esportivos e alguns clubes e outras instituições que oferecem de maneira tímida o desporto paraolímpico, como escolas, universidades e academias. Há poucas iniciativas para desenvolver as potencialidades dos atletas. Assim sendo, segundo LIEBERMAN, (2002), (Citado na Palestra, 1, 2009, Universidade Estadual de Campinas). É preciso modificações nas regras, nos equipamentos, ambientes e em relação à instrução dos profissionais ligados a esta manifestação esportiva, isto é, há necessidade de adequar a tarefa à necessidade do praticante para desenvolver essas potencialidades. (RODRIGUES, 2006, Citado na Palestra, 1, 2009, Universidade Estadual de Campinas).

A fim de estabelecer uma padronização, organizou - se uma hierarquia funcional nas diversas modalidades do esporte paraolímpico, embora há uma dicotomia no âmbito do paradesporto mundial em que os esportes ligados ao desporto paraolímpico e outros que possuem uma organização independente, mas em todos há regras de classificação funcional dos atletas que respeitem as características individuais heterogêneas de cada deficiência. Assim sendo, segundo o CPB, a classificação das modalidades, são de acordo com o comprometimento de cada atleta. Portanto essa diretriz é realizada em relação à habilidade funcional dos atletas, que no cenário atual, do movimento do esporte adaptado brasileiro, há entidades esportivas distintas, ligadas ao CPB, em níveis regionais, nacionais que estão reunidas no quadro 3 extraído de ITANI, ARAUJO, ALMEIDA, (2004), que contém informações como nome da instituição, sua sigla, a data de criação, a população atendida e seu endereço eletrônico.

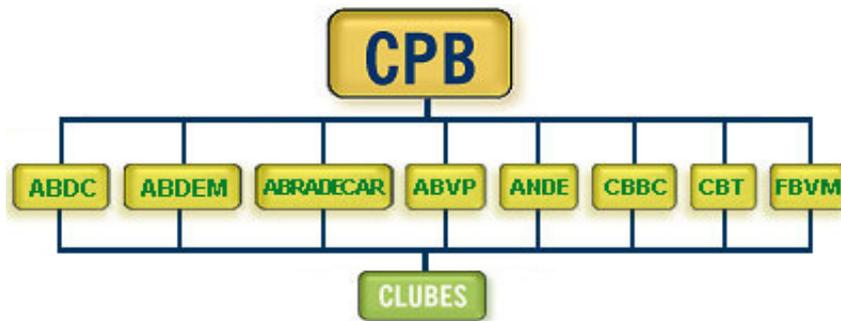
Quadro 3. Instituições nacionais do movimento paraolímpico brasileiro.

Instituição	Sigla	Data Criação	População atendida	Site
Federação Nacional das APAEs	FENAPAE	10/11/1962	APAEs Deficientes Mentais	<a href="http://www.persocom.com.br/fenapae">www.persocom.com.br/fenapae</a>
Associação Nacional Desporto para Excepcional	ANDE	18/8/1975	Deficientes Físicos (principalmente PC)	<a href="http://www.ande.org.br">www.ande.org.br</a>
Associação Brasileira de Desportos para Cegos	ABDC	19/1/1984	Deficientes visuais	<a href="http://www.abdcnet.com.br">www.abdcnet.com.br</a>
Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas	ABRADECAR	9/12/1984	Instituições filiadas que atendem Deficientes Físicos	<a href="http://www.abradecar.org.br">www.abradecar.org.br</a>
Confederação Brasileira de Desportos de Surdos	CBDS	17/11/1987	Deficientes Auditivos	Não encontrado
Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais	ABDEM	17/5/1989	Deficientes Mentais	<a href="http://www.abdem.com.br">www.abdem.com.br</a>
Associação Brasileira de Desporto para Amputados	ABDA	24/8/1990	Associações filiadas que atendem Amputados	<a href="http://www.abda.org.br">http://www.abda.org.br</a>
Associação Olimpíadas Especiais do Brasil	Special Olympics	8/12/1990	Deficientes Mentais	<a href="http://www.olimpiadasespeciais.com.br">www.olimpiadasespeciais.com.br</a>
Comitê Paraolímpico Brasileiro	CPB	30/8/1994	ANDE, ABDC, ABRADECAR, CBDS, ABDEM e ABDA	<a href="http://www.cpb.org.br">www.cpb.org.br</a>

Fonte: ITANI, ARAÚJO, ALMEIDA, Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - N° 72 - Maio de 2004.

Embora segundo o CPB, há outras entidades presentes em sua estrutura, que estão relacionadas com as modalidades paraolímpicas, como a Associação de Vôlei Paraolímpico, (ABVP), a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira Rodas, (CBBC), a Confederação Brasileira de Tênis, (CBT), e a Federação Brasileira de Vela e Motor, (FBVM), Confederação Brasileira de Hipismo, Confederação Brasileira de Remo, Confederação Brasileira de Tiro com Arco, Confederação Brasileira de Ciclismo, Confederação Brasileira de Tênis e Tênis de Mesa e Confederação Brasileira de Vela Adaptada, o desporto paraolímpico é constituído com essa estrutura, e assim as modalidades são organizadas pelo tipo de deficiência, seguindo esta configuração o paradesporto brasileiro apresenta a seguinte estrutura funcional:

Figura 2. Organograma da estrutura nacional.



FONTE: CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro). História da Paraolimpíada. [www.cpb.org.br/paraolimpíada/paraolimpíada.asp](http://www.cpb.org.br/paraolimpíada/paraolimpíada.asp). Acesso em: 22, Abril 2010.

Com conformação dessa estrutura, podemos constatar o aumento da demanda devido á fundação de novas entidades, para diversas práticas esportivas, para tanto é importante compreender quais as condições sociais para apropriação dos diferentes produtos esportivos que segundo BOURDIEU, (1983), o processo se inicia na célula básica do processo na mediação entre o agente social e a sociedade, assim sendo, de acordo com ARAÚJO, (1998), os congressos nacionais de esporte para todos e a resolução da ONU de no período de 1976 – 1981 impulsionaram este processo. Já que os agentes sociais mobilizaram vários segmentos públicos, que devido ao estado de redemocratização da sociedade brasileira proliferaram instituições sociais que representassem os grupos minoritários da comunidade nacional, assim sendo não por acaso a maioria das entidades paraolímpicas brasileiras tem a sua fundação no período pós-ditadura, por esses fatores há um acréscimo na demanda esportiva o que implica em uma melhor organização política para atende – l a como vimos no processo de institucionalização do desporto adaptado brasileiro.

O modelo do paraolímpico brasileiro, em que o CPB é a matriz, que segundo seu estatuto tem as suas funções de organizar, normatizar, regulamentar, dirigir e fiscalizar as entidades, estas por sua vez podem promover e organizar competições, respeitando o estatuto do CPB. Pois, com essa estrutura organizacional, que ainda apresenta imperfeições em diversos aspectos. O Brasil conseguiu obter bons resultados nas competições internacionais a seguir veremos como é padronizada essa organização nas modalidades do desporto paraolímpico.

## 2.2. Categorias do esporte paraolímpico

Iremos abordar nesse momento, as modalidades do programa dos Jogos Paraolímpicos de verão, optamos por essa abordagem, pois o conjunto de ações que atuam nesse campo permite uma maior compreensão do objeto de pesquisa desse trabalho. Para tanto as modalidades são ligadas a associações e federações de esportes para deficientes, em razão dessa organização, há uma categorização dos atletas e uma subdivisão funcional nas modalidades, que vão do menor comprometimento para o maior comprometimento funcional, assim as categorias podem ser divididas em áreas de deficiência :

Deficientes sensoriais – cegos e baixa visão

Surdos

Deficientes físicos – lesados medulares

Má formação congênita

Seqüelas de poliomielite

Amputados

Paralisados cerebrais

Deficientes intelectuais

Les autres – anões

• Classificação funcional

Fonte: Palestra, 1, 2009, Universidade Estadual de Campinas.

As modalidades que fazem parte do programa dos Jogos Paraolímpicos de Verão, são norteados por essa normatização, e veremos no quadro abaixo quais são:

Quadro 4. Modalidades integrantes do programa dos jogos paraolímpicos de verão.

1. Atletismo	11. Futebol de Sete
2. Basquetebol em Cadeiras de Rodas	12. Goalball
3. Bocha	13. Remo
4. Ciclismo	14. Rúgbi em Cadeiras de Rodas
5. Esgrima em cadeira de rodas	15. Tênis em Cadeiras de Rodas
6. Halterofilismo	16. Tênis de Mesa
7. Hipismo	17. Tiro com Arco
8. Judô	18. Vela
9. Natação	19. Voleibol (sentado)
10. Futebol de Cinco	20. Tiro

Fonte: [www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br) acesso em 23/03/10.

A fim de caracterizar algumas dessas modalidades, a seguir iremos fazer um breve relato, seguindo as considerações de COSTA, SOUSA, (2004) e do CPB. Nas provas de atletismo, participam atletas com deficiência visual e física, há uma divisão de gênero em feminino e masculino, e a classificação é feita de acordo com o grau de deficiência, e as provas são divididas em quatro módulos; corridas, saltos, lançamentos e pentatlo. Na corrida, o atleta cego, dependendo de seu grau de comprometimento, corre acompanhado de um guia, que tem como função lhe passar instruções e orientá-lo quanto à pista. Uma cordinha presa à mão faz a ligação entre os dois. Mas não deve puxá-lo com pena de desclassificação. As competições seguem as regras internacionais da Federação Internacional de Atletismo, com algumas adaptações para o uso de próteses, cadeira de rodas ou guia, mas sem oferecer vantagem em relação aos seus adversários. A classificação é constituída seguindo o princípio da subdivisão funcional, segundo o CPB:

Para provas de campo - arremesso, lançamentos e saltos  
F – Field (campo)

- F11 a F13 – deficientes visuais
- F20 – deficientes mentais
- F31 a F38 – paralisados cerebrais (31 a 34 -cadeirantes e 35 a 38 - ambulantes)
- F40 - anões
- F41 a F46 – amputados e Les autres

- F51 a F58 – Competem em cadeiras (seqüelas de Poliomielite, lesões medulares e amputações)

Para provas de pista - corridas de velocidade e fundo  
T – track (pista)

- T11 a T13 – deficientes visuais
- T20 – deficientes mentais
- T31 a T38 – paralisados cerebrais (31 a 34 -cadeirantes e 35 a 38 - ambulantes)
- T41 a T46 – amputados e les autres
- T51 a T54 – Competem em cadeiras (seqüelas de Poliomielite, lesões medulares e amputações)

Fonte: <http://www.cpb.org.br/area-tecnica/modalidades/atletismo> acesso em 14/10/2010

Na modalidade de Bocha, competem, de acordo com o CPB, os paralisados cerebrais severos que utilizem cadeiras de rodas, Os objetivos do jogo é lançar bolas coloridas o mais perto possível de uma bola branca chamada de “jack” (conhecida no Brasil como “bolim”). É permitido o uso das mãos, dos pés ou de instrumentos de auxílio para atletas com grande comprometimento nos membros superiores e inferiores. Há três maneiras de se praticar o esporte: individual, dupla ou equipes. A área do jogo mede 6m de largura por 12,5m de comprimento.

Para ganhar um ponto, o atleta tem de jogar a bola o mais próximo do “jack”. Caso este mesmo jogador tenha colocado outras esferas mais próximas do alvo, cada uma delas também vale um ponto. Se duas bolas de cores diferentes ficam à mesma distância da esfera branca, os dois lados recebem um ponto. Vence quem acumula a maior pontuação.

As partidas são divididas em “ends”, que só terminam após todas as bolas serem lançadas. Um limite de tempo é estabelecido por “end”, de acordo com o tipo de disputa. A contagem começa quando o árbitro indica quem fará o lance até quando a bola pára. Nas competições individuais, são quatro “ends” e os atletas jogam seis esferas em cada um deles. Nas duplas, os confrontos têm quatro partes e cada atleta tem direito a três bolas por período. Quando a disputa é por trios, seis “ends” compõem as partidas. Neste caso, todo o jogador tem direito a duas esferas por parte do jogo. Agora vejamos como é determinada a classificação funcional desta modalidade:

- BC1: Tanto para arremessadores CP1 como para jogadores CP2. Atletas podem competir com o auxílio de ajudantes, que devem permanecer fora da área de jogo do atleta. O assistente pode apenas estabilizar ou ajustar a cadeira do jogador e entregar a bola a pedido.

- BC2: Para todos os arremessadores CP2. Os jogadores não podem receber assistência.
- BC3: Para jogadores com deficiências muito severas. Os jogadores usam um dispositivo auxiliar e podem ser ajudados por uma pessoa, que deve permanecer na área de jogo do atleta mas deve se manter de costas para os juizes e evitar olhar para o jogo.
- BC4: Para jogadores com outras deficiências severas, mas que não podem receber auxílio.

Fonte: <http://www.cpb.org.br/area-tecnica/modalidades/bocha> acesso em 14/10/2010.

Já no judô, há sete categorias de peso em que homens e mulheres são sub classificados, portadores de deficiência visual, as regras são praticamente as mesmas do judô convencional, apenas apresentam algumas adaptações, como não é punido o lutador, que ultrapassar a área de combate do tatame e as advertências são feitas por meio audíveis, para esta modalidade é primordial o equilíbrio e o sentido do tato para que o atleta consiga superar o oponente. A natação que é composta por disputas também no masculino e feminino, em equipe e individual, nos quatro estilos de nados oficiais: Peito, costa, crawl e borboleta. As distâncias vão de 50 a 1.500 metros, com participação de atletas com deficiência física e visual. As regras são basicamente as mesmas da Federação Internacional de Natação Amadora, com certas adaptações principalmente em relação às chegadas, largadas e viradas. Para os atletas de deficiência visual, é utilizado o aviso do treinador, quando eles aproximam – se das bordas.

O basquete é praticado somente em cadeiras de rodas e possui categorias masculinas e femininas, os atletas dessa modalidade são portadores de deficiência física motora. As regras são praticamente as mesmas da Federação Internacional de Basquete Amador, com algumas adaptações, como a cada dois movimentos para impulsionar a cadeira, o atleta tem de quicar a bola pelo menos uma vez. É falta técnica colocar o pé no chão ou levantar da cadeira.

A classificação segue os seguintes critérios em que cada atleta é classificado de acordo com seu comprometimento físico motor e a escala obedece aos números 1, 2, 3, 4 e 4,5. Para facilitar a classificação e participação dos atletas que apresentam qualidades de uma e outra classe distinta (os chamados casos limítrofes) foram criadas classes intermediárias: 1,5; 2,5 e 3,5. O número máximo de pontuação em quadra não pode ultrapassar 14 e vale a regra de que quanto maior a deficiência, menor a classe.

Em relação ao tênis de mesa e ao tênis de campo, que apresentam deficientes, com paralisia cerebral, amputados e cadeirantes, nas categorias femininas e masculinas, por equipe, individual ou open. Há pequenas adaptações das modalidades convencionais, como no tênis de mesa, em que a imposição da bola quicar no meio da mesa no saque e, também a permissão para que o atleta apóie – se na mesa desde que não a tire do lugar e no saque a bola deve sair pela linha de fundo e não pelas áreas laterais, nesta modalidade é permitido jogar em pé ou na cadeira. No tênis de campo, jogam apenas os cadeirantes, que a maior alteração em relação á modalidade convencional é adoção do dublo “quique” da bola em quadra, o primeiro necessariamente dentro da quadra, no saque não é permitido que as rodas traseiras da cadeira toquem a linha de fundo. ([www.cpb.org.br/aera-tecnica/modalidades/basquetebol-em-cadeiras-de-rodas](http://www.cpb.org.br/aera-tecnica/modalidades/basquetebol-em-cadeiras-de-rodas), acesso em 14/10/2010.)

No halterofilismo, disputando atletas com cadeira de rodas, amputados, paralisados cerebrais e *les autres*, na categoria masculina e feminina no estilo powerlifting, em que o atleta faz em supino faz o movimento de cima para baixo, retornando a barra na posição original, os participantes são divididos em dez categorias de peso corporal.

O futebol em que cada equipe possui sete jogadores está destinado a paralisados cerebrais, na categoria masculina. Joga-se em dois tempos de 25 minutos, em campo de 75 metros por 55 metros, gramado. Seguem-se as regras da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), com certas alterações. Por exemplo, a inexistência do impedimento. Há também o futebol de cinco que é exclusivo para cegos ou deficientes visuais. As partidas normalmente são em uma quadra de futsal adaptada, o goleiro tem visão total e não pode ter participado de competições oficiais da FIFA nos últimos cinco anos. Junto às linhas laterais, são colocadas bandas que impedem que a bola saia do campo. Cada time é formado por cinco jogadores – um goleiro e quatro na linha. Diferente dos estádios com a torcida gritando, as partidas de futebol de cinco são silenciosas, em locais sem eco. A bola tem guizos internos para que os atletas consigam localizá-la. A torcida só pode se manifestar na hora do gol. Os jogadores usam uma venda nos olhos e se tocá-la é falta. Com cinco infrações o atleta é expulso de campo e pode ser substituído por outro jogador. Há ainda um guia, o “chamador”, que fica atrás do gol, para orientar os jogadores, dizendo onde devem se posicionar em campo e para onde devem chutar. O jogo tem dois tempos de 25 minutos cada e um intervalo de 10 minutos é importante

ressaltar que esta modalidade é exclusiva para a classe B1 (cegos totais), conforme o endereço eletrônico do CPB.

O goalball foi desenvolvido exclusivamente para pessoas com deficiência – neste caso a visual. De acordo com CPB, a quadra tem as mesmas dimensões da de vôlei (9m de largura por 18m de comprimento). As partidas duram 20 minutos, com dois tempos de 10. Cada equipe conta com três jogadores titulares e três reservas. De cada lado da quadra tem um gol com nove metros de largura e 1,2 de altura. Os atletas são, ao mesmo tempo, arremessadores e defensores. O arremesso deve ser rasteiro e o objetivo é balançar a rede adversária.

A bola possui um guizo em seu interior que emite sons – existem furos que permitem a passagem do som para que os jogadores saibam sua direção. O Goalball é um esporte baseado na percepção tátil e auditiva, por isso não pode haver barulho no ginásio durante a partida, exceto no momento entre o gol e o reinício do jogo. A bola tem 76 cm de diâmetro e pesa 1,25 kg. Sua cor é alaranjada e é mais ou menos do tamanho da de basquete. Hoje o goalball é praticado em 112 países nos cinco continentes. Nesta modalidade competem os atletas B1, B2, B3.( *B1* – Cego total: de nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção de luz, mas com incapacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção. *B2* – praticantes que já têm a percepção de vultos. Da capacidade em reconhecer a forma de uma mão até a acuidade visual de 2/60 ou campo visual inferior a 5 graus. *B3* – Os atletas que conseguem definir imagens. Acuidade visual de 2/60 a 6/60 ou campo visual entre 5 e 20 graus).

O hipismo paraolímpico é praticado por atletas com vários tipos de deficiência, em cerca de 40 países. A competição de Hipismo é mista, ou seja, cavaleiros e amazonas competem juntos nas mesmas provas. Outra característica da modalidade é que não só os competidores recebem medalhas, mas os cavalos também. No Brasil, o hipismo é organizado pela Confederação Brasileira de Hipismo. E sua classificação é dividida desta forma:

Existem quatro classificações para os cavaleiros:

- Classe I: Predominantemente cadeirantes com pouco equilíbrio do tronco e/ou debilitação de funções em todos os quatro membros ou nenhum equilíbrio do tronco e bom funcionamento dos membros superiores.

- Classe II: Predominantemente cadeirantes ou aqueles com severa debilitação envolvendo o tronco e de leve a bom equilíbrio do tronco ou severa debilitação unilateral.
- Classe III: Predominantemente capaz de caminhar sem suporte, com moderada debilitação unilateral. Podem requerer o uso de cadeira de rodas para longas distâncias ou devido a pouca força. Atletas que têm total perda de vista em ambos olhos.
- Classe IV: Debilitação de um ou mais membros ou algum grau de deficiência visual.

Fonte: <http://www.cpb.org.br/area-tecnica/modalidades/hipismo> acesso em 14/10/2010.

O Remo é a caçula das modalidades do quadro de esportes paraolímpicos. E como consta no site do CPB, ele entrou no programa em 2005 e os Jogos Paraolímpicos de Pequim, em 2008, teve sua estréia em uma paraolimpíada. O termo "adaptado" quer dizer que o equipamento é modificado para a prática do esporte e não propriamente "adaptado" a cada atleta. A Federação Internacional de Remo é o órgão máximo do Remo mundial. As corridas são realizadas num percurso de 1000 metros para todas as quatro classes. No Brasil, a modalidade é organizada pela Confederação Brasileira de Remo. A classificação é dividida em categorias, que são quatro categorias de competição: Single Skiff Masculino, Single Skiff Feminino, Doublé Skiff Misto Quatro Com Misto. Cada uma delas pode ser composta por atletas com diferentes tipos de deficiências que são classificados de acordo com a capacidade funcional empregada: A – Grupamento funcional utilizado: braço. TA – Grupamento funcional utilizado: tronco e braço. LTA - Grupamento funcional utilizado: perna, tronco e braço.

No Rugby, segundo o CPB, as equipes são formadas por quatro jogadores e há oito reservas à disposição do técnico. Esta grande quantidade de suplentes é explicada pela intensidade das colisões entre os competidores e suas cadeiras.

Quadras de basquete são utilizadas no rúgbi em cadeira de rodas, ao contrário dos campos de grama convencionais. As dimensões são as seguintes: 15m de largura por 28m de comprimento. A quadra é dividida em duas áreas. Há um círculo central e duas áreas-chave (um tipo de “grande área”), que ficam à frente das linhas de gol. Os jogadores de ataque só podem ficar dentro da área-chave por máximo de dez segundos, enquanto três jogadores de defesa têm o direito de permanecer no local por tempo indeterminado.

A entrada do quarto jogador na área-chave resulta em uma penalidade (falta), o objetivo do rúgbi é realizar gol, delimitado por duas barras verticais na linha de fundo da

quadra. Entretanto, para fazê-lo é preciso passar a linha de gol adversária com duas rodas da cadeira. Em ambas as situações, o atleta deve obrigatoriamente segurar a bola. Os atletas podem conduzi-la sobre suas coxas, passá-la para um companheiro de time ou quicá-la. O jogador pode ter a posse da bola por tempo indeterminado, mas precisa quicá-la pelo menos uma vez a cada 10 segundos. O time que tem a posse da bola não pode demorar mais de 12 segundos para entrar no campo do oponente e 40 segundos para finalizar a jogada. Esta medida visa tornar a modalidade o mais dinâmica possível. As partidas são divididas em quatro períodos de oito minutos cada. No Brasil, a modalidade é organizada pela Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas (ABRC).

Conforme o CPB, o tiro exige precisão apurada. O Comitê de Tiro Esportivo do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) é responsável por administrar a modalidade. As regras das competições têm apenas algumas adaptações. Pessoas amputadas, paraplégicas, tetraplégicas e com outras deficiências locomotoras podem competir tanto no masculino como no feminino.

As regras variam de acordo com a prova, a distância, o tipo do alvo, posição de tiro, número de disparos e o tempo que o atleta tem para atirar. Em cada competição as disputas ocorrem numa fase de classificação e numa final. As pontuações de ambas as fases são somadas e vence quem fizer mais pontos. O alvo é dividido em dez circunferências que valem de um a dez pontos, sendo que dentro de cada há uma variação entre 0.1 e 0.9 pontos.

A menor e mais central circunferência. Vale mais, somando dez pontos. Sendo assim, o valor máximo que pode ser conseguido é de 10.9. A classificação do Tiro é dividida em três classes principais: SH1: Atirador de Pistola e Rifle que não requer suporte para a arma. SH2: Atirador de Rifle que não possui habilidade para suportar o peso da arma com seus braços e precisam de um suporte para a arma. SH3: Atirador de Rifle com deficiência visual. No tiro com arco, segundo o CPB participam os atletas tetraplégicos, paraplégicos e pessoas com mobilidade limitada nos membros inferiores competem.

Estes últimos podem escolher atuar em pé ou sentados num banco. Uma distância de 70m separa os atletas do alvo, que mede 1,22m de diâmetro, sendo formado por dez círculos concêntricos. O mais externo vale um ponto. A partir daí, quanto mais próxima do círculo central estiver a flecha, maior a pontuação obtida. Dez pontos são dados para quem acerta

o centro do alvo, Caso a flecha fique no limite entre dois círculos, é considerado o de maior valor. Se uma seta perfurar a outra, a mesma pontuação da primeira é dada à segunda.

Na vela, de acordo com o CPB, participam as pessoas com deficiência locomotora ou visual podem competir na modalidade. A Vela paraolímpica segue as regras da Federação Internacional de Iatismo (ISAF) com algumas adaptações feitas pela Federação Internacional de Iatismo para Deficientes (IFDS). Três tipos de barco são utilizados nas competições paraolímpicas: o barco da classe 2.4mR tripulado por um único atleta; o barco da classe Sonar, com 3 atletas; e o barco SKUD-18 para 2 tripulantes paraplégicos, sendo obrigatoriamente 1 tripulante feminino.

No Voleibol sentado competem atletas amputados, principalmente de membros inferiores (muitos são vítimas de acidentes de trânsito) e pessoas com outros tipos de deficiência locomotora (seqüelas de poliomielite, por exemplo). Em relação ao convencional a quadra é menor, com 10m x 6m, e a altura da rede é inferior à da modalidade, com cerca de 1,15m do solo no masculino e 1,05m para o feminino. Os atletas jogam sentados na quadra. No voleibol paraolímpico o saque pode ser bloqueado. A quadra se divide em zonas de ataque e defesa. É permitido o contato das pernas de jogadores de um time com os do outro, porém as mesmas não podem atrapalhar o jogo do adversário. O contato com o chão deve ser mantido em toda e qualquer ação, sendo permitido perdê-lo somente nos deslocamentos. Cada jogo é decidido em uma melhor de cinco sets, vencendo o time que marcar 25 pontos no set. Em caso de empate, ganha o primeiro que abrir dois pontos de vantagem. Há ainda o tie break de 15 pontos.

O voleibol paraolímpico é organizado internacionalmente pela Organização Mundial de Voleibol para Deficientes (WOVD). No Brasil, a modalidade é administrada pela Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico (ABVP). E sua classificação é caracterizada da seguinte maneira:

O sistema de classificação funcional do voleibol é dividido, portanto, entre amputados e *les autres*. Para amputados, são nove classes básicas:

- AK - Acima ou através da articulação do joelho (above knee)
- BK - Abaixo do joelho, mas através ou acima da articulação tálus-calcâneo (below knee)
- AE - Acima ou através da articulação do cotovelo (above elbow)

BE - Abaixo do cotovelo, mas através ou acima da articulação do pulso (below elbow)  
Código básico de classificação para amputados:

- Classe A1 = Duplo AK
- Classe A2 = AK Simples
- Classe A3 = Duplo BK
- Classe A4 = BK Simples
- Classe A5 = Duplo AE
- Classe A6 = AE Simples
- Classe A7 = Duplo BE
- Classe A8 = BE Simples
- Classe A9 = Amputações combinadas de membros inferiores e superiores

Fonte: <http://www.cpb.org.br/area-tecnica/modalidades/volei-paraolimpico> acesso em 14/10/2010

Segundo, COSTA, SOUSA, 2004, há também a modalidade de esgrima, em que os portadores de deficiência física motora. Sobre uma cadeira de rodas, que é fixada ao solo, por meio de armação especial, posicionando o atleta em certo ângulo e distância. As provas são individuais ou por equipe, nas modalidades de florete, espada (categorias masculina e feminina) e sabre (masculina). A partida tem três minutos, ou até um dos adversários completarem 15 pontos. Por fim o ciclismo é praticado por atletas paralisados cerebrais, deficientes visuais e amputados, nas categorias masculinas e femininas, individuais ou por equipe. As regras são as do ciclismo convencional, com pequenas alterações, relativas à segurança e à classificação dos atletas por deficiência, além das adaptações nos equipamentos. Usam-se bicicletas e triciclos no caso de paralisados cerebrais, segundo o grau de lesão. O atleta cego compete com bicicleta dupla, com um guia. As provas são de estrada, contra relógio e velódromo.

### **3. OS MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO**



### 3.1. As novas configurações do esporte contemporâneo e suas bases

O novo quadro do esporte contemporâneo, a partir da segunda metade do século XX, transformou o esporte de alto rendimento em produto altamente rentável. O conjunto de normas baseado no esporte de alta performance é modelo para as demais manifestações esportivas, dessa forma o sistema de produção simbólica implica em associar valores á performance atlética potencializando inúmeras formas consumo, gerando um processo de mercadonização, que é abastecido por uma heterogênea produção de consumo cultural esportivo. Isto justifica a crescente institucionalização de práticas do esporte para atender a demanda do mercado de múltiplas dimensões, embora tais ultrapassassem a perspectiva do alto rendimento, já que este movimento permite distintas formas de esporte, com outro tipo enfoque que atinge um grande número de praticantes, devido ao interesse tanto do setor privado como público. (MARQUES, MONTAGNER, GUTIERREZ, 2009).

A UNESCO, legitima esta manifestação quando classifica em 1978 na “Carta Internacional de Educação Física” as diferentes formas de manifestações; Esporte Performance, Esporte Para Todos e Esporte Educação (TUBINO, 1992). Que surgem após sua amplificação mundial, com essa aproximação por parte dos Estados desta nova formatação esportiva, políticas públicas e também ações privadas buscaram democratizar as práticas esportivas sendo que a intervenção sociopolítica esta direcionada basicamente pela reprodução do esporte de alto rendimento que tem maior visibilidade na mídia, em que o procedimento apenas massifica o esporte aumentando o número de consumidores do mesmo, enquanto a democratização visa integrar a participação de todos no esporte. (GEBARA, 2002).

Outro fator que não deve ser negligenciado é o aspecto da personificação do sucesso BROHM, (1982), (Citado por, PRONI,1998,b), ou seja, a produção de mitos e signos que são comercializados como modelos de superação e esforço em que as instituições esportivas apropriam – se desta “mitologia” para propagar seu produto nos meios de comunicação de massa, estas supervalorizações da vitória implica em métodos indiscriminados para atingir a melhor

performance, com isso o doping a corrupção e a exclusão de praticantes com menor aptidão física reflete o conflito entre a ética esportiva e a lógica mercantil.

Portanto esta tensão gerada pela contradição conceitual entre democratização das diversas manifestações do esporte e massificação de seus produtos segue uma lógica mercadológica que apresenta os diferentes rumos seguidos do esporte contemporâneo em que todos são nutridos de certa forma por este processo de mercadonização do esporte espetáculo, já que este amplia o mercado e o capital cultural de consumo do esporte como produto.

### **3.2. Sistema de organização do esporte paraolímpico**

Dentro dessa nova perspectiva esportiva, as modificações são norteadas no sentido de maiores investimentos, para criação de infra - estrutura, treinamento desportivo, apoio a modalidades, captação de recursos e utilização de ferramentas midiáticas, a fim de criar um produto rentável. Assim surgem algumas inquietações que estimulam este trabalho; Com essa nova configuração é manifestada no cenário desportivo adaptado? Como é caracterizado o sistema de funcionamento das instituições esportivas desse campo de atuação?

Para compreender esta nova formatação do âmbito desportivo, é preciso aprofundar as questões em relação aos mecanismos de organização da atual estrutura do desporto paraolímpico brasileiro, em que as entidades que o dirigem são agentes que direcionam as ações do movimento. Dessa forma, as entidades que respondem em âmbito nacional pelo desporto adaptado, são norteadas por um órgão matriz, ou seja, o CPB, que representa o segmento do esportivo paraolímpico, seguindo o estatuto do IPC, as suas filiadas nacionais de suas correspondentes internacionais, pela área corresponde de deficiência e respeitam as diretrizes do IPC, de acordo com o ARAÚJO, (1998), os clubes atuam como agentes multiplicadores dessas organizações, já que representam na formatação do cenário paradesportivo nacional, espaço para prática esportiva e descobrimento de novos talentos de cada modalidade. Embora no desporto paraolímpico, as entidades ligadas às confederações e federações são em grande maioria

associações em que reúnem as PPDF, com a finalidade de reabilitação e da prática desportiva. Podemos observar esse modelo de organização, como maior clareza nas diretrizes do estatuto do CPB no capítulo III:

Art. 18. Compete ao CPB, observadas as disposições deste Estatuto, dos regulamentos específicos, do Estatuto do IPC, das normas, regulamentos e regras internacionais e da legislação brasileira aplicável:

I – Normatizar, regulamentar, organizar, dirigir e fiscalizar o segmento esportivo paraolímpico brasileiro, em todas as suas manifestações;

II – Estabelecer a política e o planejamento estratégico do segmento esportivo paraolímpico brasileiro;

III – Representar o segmento esportivo paraolímpico brasileiro como interlocutor oficial junto às autoridades governamentais brasileiras, de outros países e junto ao IPC;

IV – Representar o Brasil nas competições esportivas internacionais organizadas pelo IPC, ou aquelas sancionadas por este, das modalidades definidas como esporte pelo IPC, de administração do mesmo, viabilizando a participação das equipes nacionais;

V – Representar o Brasil em eventos político-administrativos, técnico-científicos e outros organizados pelo IPC, viabilizando a participação de dirigentes, técnicos, atletas e profissionais brasileiros a ele vinculados.

## SEÇÃO II – DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.

Art. 19. O CPB tem, de acordo com suas finalidades e competências, dentre outros, por objetivos, promover e apoiar:

I – As ações que dêem oportunidades ao envolvimento e o desenvolvimento de pessoas com deficiência, em especial:

a) Na participação em competições de alto rendimento.

- b) Na inclusão, reabilitação e socialização destas, por meio do esporte;
- c) Na organização e participação em competições do esporte escolar e universitário;

I – As ações que visem à realização de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais, assim como eventos político-administrativos, técnico-científicos e outras atividades afins;

I – as ações que visem oferecer às suas filiadas a estrutura administrativa e organizacional indispensável para o seu funcionamento;

III – as ações que visem oferecer às suas filiadas a participação em eventos político-administrativos, técnico-científicos, e em competições desportivas nacionais e internacionais;

IV – as ações voltadas para o fomento e o desenvolvimento de atividades do segmento esportivo paraolímpico junto às escolas do ensino fundamental e médio e instituições de ensino superior, em todo o Brasil;

V – as ações que visem a capacitação, formação e especialização de recursos humanos, nas áreas técnicas e gerenciais do segmento esportivo paraolímpico;

VI – as ações de incentivo a estudos e pesquisas direcionados a:

- a) Obtenção de formas e mecanismos que favoreçam a atividade física e a aprendizagem da prática desportiva por pessoa com deficiência;
- b) Obtenção de formas adequadas e métodos inovadores de treinamento desportivo para atleta com deficiência;
- c) Facilidades no acesso de pessoa com deficiência a material técnico e equipamentos adequados, para a prática desportiva, assim como para outras atividades;
- d) Estímulo a campanhas de divulgação com o fim de informar, esclarecer e conscientizar a sociedade, o poder público, o meio empresarial e a mídia acerca da potencialidade da pessoa com deficiência.

VII – As ações que visem à captação de recursos financeiros, humanos e técnicos para o segmento esportivo paraolímpico brasileiro, constituindo, se necessário para apoio institucional e operacional, fundações, institutos ou congêneres, objetivando o acesso das entidades desse segmento, aos acordos, convênios e parcerias firmadas com órgãos ou entidades públicas ou privadas, empresas públicas ou privadas, instituições de ensino, associações, clubes, federações e confederações desportivas nacionais e internacionais.

(Fonte: [www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br) acesso em 01/05/2010.)

A partir dessa configuração, e a fim de abranger o processo de funcionamento esportivo, do modelo paraolímpico brasileiro, nos baseamos nas contribuições de BROHM, (1976) e PRONI, (1998, b) com o propósito de entender a base do esporte espetáculo nele constituído. Assim sendo, como ponto de partida, a lógica do sistema é fundamentada, na mercadoria, de acordo com Brohm, podemos identificar como sendo os campeões, competições, recordes e espetáculos, que são estimuladas pelos objetivos do estatuto do CPB, já que há uma tendência na universalização de competições e a procura por desenvolver novos métodos de treinamento para aprimorar o rendimento dos atletas, também nas ações direcionadas na especialização de profissionais nas áreas administrativas, técnicas e organizacionais, que determinam uma organização profissional, que reflete o sistema de produção industrial, que segundo o autor a instituição esportiva o reproduz como podemos observar no estreitamento das relações do mundo esportivo com o mundo empresarial, que para Proni, caracteriza a mercantilização do esporte, que é notado na atenção voltada para as parcerias privadas na participação da mídia para fomentar a produção paraolímpica.

Destacamos os elementos que se submetem a esse sistema de funcionamento, que no capítulo IV artigo 20 do estatuto do CPB, há uma classificação dos agentes em pessoas jurídicas que basicamente são as Entidades Nacionais de administração do desporto, Entidades Estaduais e Ligas Regionais e Municipais, de administração do desporto; Entidades de prática desportiva (clube). E as pessoas físicas que são os atletas, técnicos e dirigentes. As entidades filiadas, ao CPB, na qualidade de entidade nacional de administração de desporto paraolímpico ou por modalidade esportiva paraolímpica ou que administre uma modalidade esportiva paraolímpica devem apresentar alguns requisitos como veremos abaixo:

- SEÇÃO II - DA FILIADA, ENTIDADE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO.

Art. 24. Poderá se filiar e manter filiação junto ao CPB a entidade nacional de administração do desporto paraolímpico por área de deficiência que comprovar, por meio de documentação juridicamente válida, que se encontra filiada e em situação regular junto a uma organização internacional correlata, filiada e integrante da Assembléia Geral do IPC, como uma International Organization of Sports for Disabled IOSD.

- SEÇÃO III – DO FILIADO, ENTIDADE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO POR MODALIDADE ESPORTIVA.

Art. 25. Poderá se filiar e manter filiação junto ao CPB, a entidade nacional de administração do desporto paraolímpico por modalidade esportiva, que comprovar, por meio de documentação juridicamente válida, que se encontra filiada e em situação regular junto a uma federação internacional correlata, filiada e integrante da Assembléia Geral do IPC, como uma International Paralympic Sports Federation – IPSF.

- SEÇÃO IV – DO FILIADO, ENTIDADE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO, QUE ADMINISTRE MODALIDADE ESPORTIVA PARAOLÍMPICA

Art. 26. Poderá se filiar e manter filiação junto ao CPB a entidade nacional de administração do desporto que administre modalidade esportiva paraolímpica que comprovar, por meio de documentação juridicamente válida, que se encontra filiada e em situação regular junto à federação internacional correlata, filiada e integrante da Assembléia Geral do IPC, como uma International Paralympic Sports Federation – IPSF. (Fonte: [www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br) acesso em 01/05/10.)

Podemos caracterizar o modelo de funcionamento das instituições paraolímpicas, de uma maneira geral, como um sistema pragmático, isto é, um conjunto de ações,

que visa legitimizar as representações sociais das PPDF no campo desportivo. Embora apresente aspectos do funcionamento desportivo do postulado de BROHM, (1976), que direcionam este modelo para formato espetacularizado, pois manifesta função econômica, que são influenciadas pela globalização, na busca por lucro, a fim constituir uma independência financeira, e um papel diplomático, já que assume uma identidade nacional perante as representações internacionais correlatas, e o aspecto psicosocial, pois atua como fabricante de sentimentos massivos, em uma busca constante de superação, direcionada para satisfação social, em que o estreitamento das relações com a mídia converte este sentimento para a superação do recorde.

Como já vimos anteriormente, a organização clubística, segundo ARAÚJO, (1998), apresenta grande dificuldade na questão de captação de recursos, e iniciam suas práticas por meio de ações isoladas de indivíduos, principalmente por profissionais ligados a reabilitação física e por ações voluntárias dos próprios deficientes, também a falta de incentivos governamentais para propagação do desporto adaptado e falta de profissional qualificado para o treinamento de equipes, além da ausência de programa político para o paradesporto adaptado. Apesar de atualmente o governo propiciar alguns programas para o esporte paraolímpico, há também um crescimento de pesquisas na área, mas ainda existem problemas de infra – estrutura e uma política administrativa para o movimento do desporto paraolímpico.

Ainda segundo o autor, embora as associações e federações e confederações nacionais, possuam seus próprios estatutos que garantem sua autonomia, a fim de promover, supervisionar e divulgar as manifestações esportivas de cada modalidade. Suas ações ocorrem de maneira isolada, não há um calendário esportivo efetivo, com isso, o movimento paraolímpico, obtém pouca visibilidade e interesse por parte de investidores, já que seus agentes reguladores apresentam uma organização pouco profissional.

Podemos concluir que no sistema de funcionamento do desporto adaptado falta um programa específico e unificado para o desenvolvimento desta manifestação esportiva, o que implica na busca dos agentes desse campo, por uma estrutura cada vez mais empresarial, essa tendência é evidenciada nos objetivos atuais do CPB, que visa promover o movimento paraolímpico, como um produto, implantando uma gestão empresarial que visa modernizar e instrumentalizar este movimento.

## **4. OS MODELOS DE FINANCIAMENTO**

#### **4.1. Financiamento Estatal**

Como podemos notar, em seu sistema de funcionamento e nos mecanismos de organização, os agentes que operam a estrutura organizacional do desporto paraolímpico nacional, podem ser atribuídos em duas plataformas; Estatal e Privada as ações governamentais estão vinculadas área da legislação, de maneira que, os incentivos fiscais são o ponto predominante no programa do governo, a fim de fomentar as práticas esportivas. Já a iniciativa privada, vem com decorrer dos anos e devido à ampliação do espaço do esporte paraolímpico na mídia, em virtude as recentes conquistas nos últimos jogos paraolímpicos aumentando sua participação dentro do cenário desportivo adaptado. Como patrocínio e parceria a diferentes modalidades.

Assim sendo, nesta etapa iremos abordar as questões relacionadas a os recursos destinados ao desporto nacional, com ênfase no subcampo esportivo paraolímpico. Para tanto, exploraremos o conteúdo sobre a trajetória da legislação esportiva e as formas de investimento para o setor.

Iniciamos nossa análise, dessa temática, com a regulamentação esportiva, ocorrido na década de 30, no Estado Novo, com a criação do CND, que reconhece a prática esportiva com o Decreto – Lei nº 3.199/41, que conforme TUBINO, b, (2002), é concebida pela conjuntura política e social da época, em que o Brasil fortemente influenciado pela configuração política internacional, considera o esporte um instrumento de coalizão nacional fundamental para consolidar suas diretrizes.

Portanto o esporte, principalmente o futebol, alcança um capital simbólico, com grande potencial econômico, político e educacional. Sendo assim o estado passa a criar condições para aumentar o seu espaço de produção, isto é, devido á notoriedade do desporto na sociedade, o estado utiliza – o como aparelho ideológico para manter sua posição de domínio no campo social.

Com isso o governo assume a posição de interventor no mundo esportivo, que segundo MANHÃES, (2002), o esporte fica submetido á tutela estatal, em que deforma o espaço desse campo, para constituir e manter a ordem dominante. Com isso, a autonomia esportiva, fica submetida ás pressões externas de seu universo.

Esta relação de dominação fica evidenciada na corporativização da ordem desportiva, pois o CND determina as leis de produção para o esporte brasileiro. Assim sendo, a ordem dominante da época é caracterizada por ser antidemocrática e autoritária, já que através do CND, o estado impõe as regras do jogo e define as condições de acesso para o jogo, isto é, o governo que decide as sanções positivas e negativas, como estudar a situação de entidades para disponibilizar recursos para entidades e proíbe á entrada de entidades com fins lucrativos no contexto esportivo nacional. (BRASIL, 1941).

Em 1975, o estado promulga a lei nº 6.251, que para MANHÃES, (2002), mantêm o regime político vigente, embora seja importante lembrar que esta lei organiza o “fundo desportivo nacional” que possibilita novos rumos para a ordem desportiva. Pois cria novas fontes agenciadoras, como a loteria esportiva, que ira repassar a renda líquida de um de seus concursos para participação das delegações brasileiras em eventos esportivos e a dedução de imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas para entidades esportivas que praticarem no mínimo três modalidades esportivas olímpicas. Já no decreto – lei nº 80.228, de 1977, permite de maneira restrita o investimento privado, e o desporto profissional, liberando a manifestação profissional em municípios com mais de 100 habitantes e permite a utilização de propaganda e publicidade nas competições profissionais, sobre a observação do CND. (BRASIL, 1977). Importante destacar que nesse decreto, é articulada a primeira ação para fomentar o desporto adaptado.

Norteadada por essa perspectiva, o desporto nacional, fica sob a tutela do estado, mesmo com algumas medidas para fomentar o desporto, seu desenvolvimento esta condicionado ao investimento estatal, amarrada á lógica específica de controle do campo, que para BOURDIEU, (2004), os instrumentos de dominação operam sobre a luta de posição hierárquicas, logo com menor autonomia, mais suscetível o campo esportivo fica a intervenção externa, como a interferências do estado na organização do desporto brasileiro da época.

Embora devido às novas formas que esporte, no cenário mundial vinha assumindo, como o aumento da demanda social para os produtos esportivos, a universalização dos jogos olímpicos, o desporto nacional começava a apresentar características de expressão que seguiam o paradigma internacional desportivo e direcionaram as manifestações esportivas brasileiras para uma sobreposição no campo de produção.

Com a consolidação da constituição brasileira, a reforma do esporte nacional, adquire um novo *status* social, isto é, o conceito de esporte é renovado, seguindo a características do desporto internacional, para MANHÃES, (2002), este evento propicia a autonomia esportiva, já que as entidades desportivas passam a não ter condicionantes para seus princípios, ou seja, a autoridade estatal não invade os limites de seu círculo privativo das instituições.

Para concretizar esta configuração, o estado destina recursos públicos para a promoção do desporto, também sanciona a lei Mendes Thame, de incentivos fiscais, com isenção de imposto renda, permite a publicidade e propaganda espontâneas, gerando novas formas de captação de recursos para o desporto, sem a intervenção direta do estado, como ocorria na fase anterior do esporte brasileiro. Também trata de forma diferenciada o desporto profissional e amador, atendendo as especificidades do novo paradigma do esporte contemporâneo de espetáculo. (BRASIL, 1988).

Contudo o desporto nacional dependia ainda primordialmente dos recursos governamentais para manter as entidades esportivas, sendo assim era preciso criar condições para modernizar o sistema esportivo brasileiro atraindo novos investidores, a fim de fomentar o esporte.

## 4.2. Modernização do Esporte Nacional

O cenário esportivo nacional na década de 90 apresenta características arcaicas para as novas formas de expressão do esporte contemporâneo, desta forma a Lei Zico, de 1993, veio com o intuito de modernizar o sistema de gestão vigente, propondo prioridades para autonomia esportiva e aplicação recursos, tornando as entidades esportivas como eixo principal para sustentação do campo esportivo, estimulando e mobilizando a iniciativa privada a financiar o esporte. Segundo TUBINO, (b), (2002), a Lei Zico, abre a possibilidade de uma gestão empresarial, como o novo ordenamento das entidades esportivas, como a criação de ligas, já que descentraliza às gestões federativas.

Para o autor, também há uma melhoria na forma de captação de recursos, já que o FUNDESP, que destina ao COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e CPB, renda líquida de um teste da loteria esportiva anualmente e nos anos de Olimpíada e Paraolimpíada, a renda de um segundo teste para estas entidades. O Bingo, e a probabilidade de construir arenas esportivas instituem uma diversidade para novas de arrecadação de receitas. E insere o desporto paraolímpico no contexto nacional de esporte, promovendo projetos, para fomentar e promover o mesmo.

Orientada pela lógica do esporte contemporâneo, a legislação brasileira dita às nova formas de produção esportiva no sentido do esporte como negócio com o intuito contemplar a variedade das modalidades esportivas, assim sendo de acordo com MELO, (2004), o estado passa ter uma nova concepção, sem o paternalismo estatal, ajustando suas intervenções a nova realidade do desporto profissional.

A Lei Pelé, promulgada em 1998, em relação a os recursos destinados ao desporto, acrescenta o INDESP, que tem como objetivo maior arrecadação para o esporte nacional, através da loteria esportiva, haja vista que repassa 10 % da arrecadação obtida em cada teste da loteria para as entidades esportivas, outra alteração importante é o fato de que CPB é

reconhecido na legislação brasileira e mantêm a mesma estrutura para o desporto profissional. (BRASIL, 1998).

Neste processo de modernização, do esporte brasileiro podemos observar alguns avanços, para os recursos disponíveis para promoção do desporto, com a maior diversidade para captação de recursos. No que tange a manifestação do alto rendimento, as estruturas de organização e funcionamento, foram regulamentadas, mas permanece a forte influência estatal na normatização do sistema nacional do desporto. Outro ponto importante é a seguridade da autonomia esportiva, garantindo a harmonia com a constituição, permitindo a flexibilidade dos agentes esportivos no cenário nacional. Por fim o reconhecimento do CPB, na legislação garante maior representatividade no campo esportivo, por consequência maiores recursos públicos.

#### **4.3. Lei Agnelo Piva**

Seguindo a política estabelecida, após a constituição do desporto nacional, de modernizar o modelo desportivo brasileiro, a Lei Agnelo/ Piva, de 2004, é constituída com o intuito de aumentar a arrecadação para promover as entidades esportivas nacionais, assim sendo, fica determinada por essa lei que 2% da arrecadação bruta dos concursos das loterias da caixa econômica federal, é destinada ao esporte, sendo 85% para o COB e 15% para o CPB. (BRASIL, 2004).

Com essa política continuista, as instituições esportivas, acumulam mais uma fonte para o desenvolvimento de projetos pode observar esse aumento dos valores recebidos pelo CPB, no repasse feito pela Caixa Econômica Federal (CEF) proveniente da lei Agnelo/Piva, como veremos na figura abaixo.

Figura 3. Evolução dos valores administrados pelo comitê paraolímpico brasileiro proveniente da Lei Agnelo - Piva em milhões de reais – 2004 – 2009.

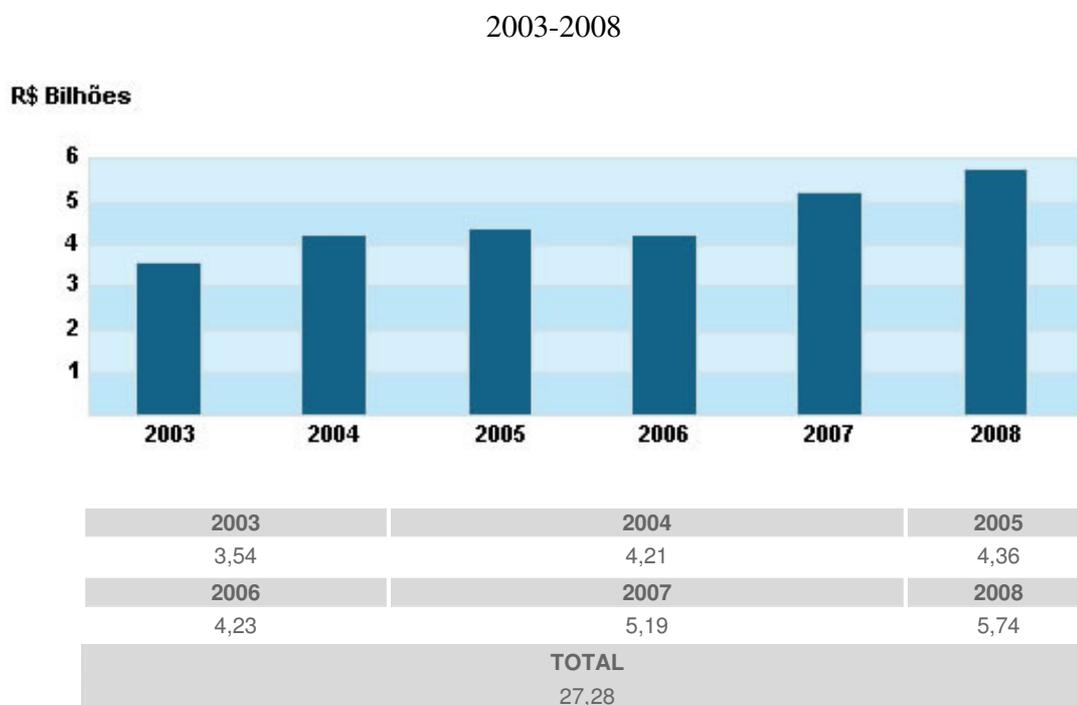


Fonte: [http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses\\_sociais/valores\\_repassados.asp#paraolimpico](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses_sociais/valores_repassados.asp#paraolimpico) acesso em 06/11/2010.

Nota: a tabela abaixo da figura foi inserida pelo autor.

É importante frisar que este aumento no repasse das verbas, CEF, para o CPB, é devido ao aumento da arrecadação dos concursos da CEF, como veremos a seguir.

Figura 4. Valores arrecadados através das loterias federais pela caixa econômica federal.



Fonte: [http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasse\\_sociais/valores\\_arrecadados.asp](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasse_sociais/valores_arrecadados.asp) acesso em 08/11/2010

Nota: a tabela abaixo da figura foi inserida pelo autor

Por essa figura podemos constatar que os valores do aumento do repasse e valores arrecadados são compatíveis, a política adotada pelo CPB, para aplicação desses recursos segue a normativa da Lei Agnelo – Piva, que consta além da aplicação de 10% dos recursos em esporte escolar e 5% em esporte universitário, os recursos restantes (85%) devem ser aplicados em seis ações: (1) programas e projetos de fomento (candidaturas para eventos internacionais, aquisição de equipamentos e materiais, administração de unidades como centros, museus e academias olímpicas); (2) manutenção da entidade; (3) formação de recursos humanos (realização e participação em eventos técnicos); (4) preparação técnica (infraestrutura, contratação e remuneração); (5) manutenção de atletas (pagamento de despesas diversas); (6) organização e participação em eventos esportivos (realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais) (BRASIL, 2001).

Iremos agora analisar os dados obtidos, sobre os recursos aplicados nas seis ações que financiam as entidades paraolímpicas, entretanto é importante lembrar que os dados referentes aos anos de 2008 e 2009. Não conseguimos ter acesso para analisarmos, para tanto tomamos com base os dados de 2005, 2006 e 2007 vejamos com são aplicados estes recursos:

Tabela 2. Demonstração das receitas e despesas dos recursos da lei Agnelo – Piva vinculadas por ação – 2005-2007.

Ano	2005		2006		2007	
<b>Repasse</b>						
Conforme os Dados da CEF	<b>12.507.000,00</b>		<b>12.144.000,00</b>		<b>14.886.000,00</b>	
Conforme os Dados do CPB	<b>12.360,906.72</b>		<b>11.914.905,32</b>		<b>14.889.000,00</b>	
Saldo para Ações	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	-	-	23,772.00	0.17%	2,180.17	0.01%
Fomento, Desenvolvimento e Manutenção do Desporto	5,498,252.93	60.18%	6,108,848.30	44.92%	7,713,854.93	48.88%
Formação de Recursos Humanos	23,751.19	0.26%	118,695.74	0.87%	832,638.73	5.28%
Preparação Técnica, Manutenção e Locomoção de Atletas	380,555.31	4.17%	829,477.16	6.10%	2,063,752.86	13.08%
Participação de Atletas em Eventos Desportivos	3,233,845.56	35.40%	6,519,864.80	35.40%	5,169,152.54	32.75%
<b>Total Aplicado</b>	<b>9,136,404.99</b>	<b>100 %</b>	<b>13,600,658.00</b>	<b>100 %</b>	<b>15,781,579.23</b>	<b>100 %</b>

Fonte: o autor (2010)

Nota: dados retirados dos relatórios dos endereços eletrônicos do CPB de 2005 a 2007

(<http://www.cpb.org.br/financeiro/gestao-de-recursos/xi-outras-informacoes/dispndios-resumo-por-ano>) e da CEF de 2004 a 2009

([http://www1.caixa.gov.br/loterias/repases\\_sociais/valores\\_repasados.asp#paraolimpico](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repases_sociais/valores_repasados.asp#paraolimpico))

Lembramos, que os valores obtidos apresentam algumas discrepâncias, pois adotamos apenas os valores relacionados com as ações mais pertinentes ao desporto profissional, também estas diferenças podem ser atribuídas á receita destinada ao esporte escolar e universitário.

Diante desse quadro, podemos trazer algumas reflexões sobre as diretrizes do CPB, para o movimento paraolímpico brasileiro. Já que no período estudado há um crescimento nos valores destinados para preparação técnica e manutenção e locomoção de atletas também nos recursos humanos, e uma redução de investimentos nas ações destinadas ao fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto e na participação de atletas em eventos esportivos, mas os maiores recursos ainda são destinados para estes setores.

Isto reflete as dificuldades apontadas pelas entidades paradesportivas no processo de institucionalização que segundo ARAÚJO, (1998), necessitam de uma melhor infraestrutura proporcionando uma prática desportiva qualificada, também para manter seu funcionamento precisam buscar novas parceiras para aumentar sua receita, já que o repasse para manutenção das instituições, mesmo com um aumento na arrecadação não satisfaz as necessidades das instituições.

Embora é importante notar que aumento de investimentos na área técnica e de recursos humanos, indica que o desporto paraolímpico rumo no sentido de especialização esportiva, pois expressa a necessidade de qualificar os profissionais envolvidos no contexto paradesportivo, seguindo os ditames do modelo dominante de gestão esportiva, que para BROHM, (1976), o sistema produtivo do esporte, é caracterizado por departamentos especializados que buscam otimizar as relações de produção, buscando sempre o rendimento e fabricação campeões.

Podemos concluir que dentro dessa lógica que norteia as ações do desporto paraolímpico nacional, a gestão do CPB, é voltada para realização de eventos, já que esta ação possui um retorno midiático maior dessas atividades. Por isso também a necessidade de investir em recursos humanos a fim de atender, gerenciar e administrar com qualidade os eventos esportivos.

Mas há um paradoxo, haja vista que mesmo com uma mão de obra qualificada (gestores e especialistas técnicos) e matéria prima (atletas e modalidades) fica uma lacuna para o espaço da prática em si, pois a infra-estrutura para as manifestações é ainda um obstáculo para expansão do campo esportivo adaptado e atração de investidores.

#### **4.4. Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa Atleta**

Tanto a Lei de incentivo fiscal, como o Bolsa Atleta, vem no sentido fomentar o esporte no Brasil, embora cada proposta é baseada sob dois aspectos diferentes, enquanto a lei de incentivo é voltada para manutenção e desenvolvimento das instituições. O Bolsa Atleta, é fundamentado sobre os esportistas, sendo que as duas vertentes convergem seus fins no sentido do sustentáculo do sistema desportivo, os clubes.

A lei de incentivo ao esporte foi promulgada sob o nº 11.438 em 2006, tem por objetivo estimular maior participação de recursos privados no campo esportivo, promovendo a inclusão social e apoiar as modalidades sem visibilidade.

Esta lei concede benefícios (renúncia) fiscais a pessoas físicas de até de 6% no imposto devido, sendo que este benefício concorre com outros incentivos fiscais, e permite á pessoas jurídicas, tributadas no lucro real deduzir 1%. Este benefício não concorre com outros incentivos fiscais. Também não poderá utilizar os incentivos fiscais as iniciativas com capacidade comprovada de atração e investimento ou mesmo a aquelas que têm um público restrito e fechado com vínculo direto com o patrocinador e não utilizar os recursos para remuneração á atletas profissionais.(BRASIL, 2006).

Assim sendo, com esta configuração, segundo GALVÃO BUENO, (2007), a lei, atinge um universo limitado de empresas, já que 80% das empresas nacionais estão no regime de lucro presumido ou simples, se houvesse a ampliação do benefício para tipo de organização empresarial, atingiria mais de 700 mil novas empresas.

Segundo CABRAL, (2010), O benefício ocorre de duas formas patrocínio e doação, de maneira que o patrocínio é caracterizado por visar publicidade e doação sem fins lucrativos, se a lei de incentivo ao esporte fosse otimizada, utilizando sua capacidade plena seriam captados mais de quatro bilhões por ano, mas a realidade é outra, como veremos na tabela abaixo:

Tabela 3. Números da lei federal nº 11.438/06 2007-2009.

Ano	Projetos Aprovados	Projetos com Captação	%	Valor Autorizado	Valor Captado
2007	21	17	80,9%	64.185.856,05	50.920.591,16
2008	192	102	53,1%	273.318.631,74	82.198.742,01
2009	323	216	66,8%	426.349.624,69	110.842.852,38
<b>Total</b>	<b>536</b>	<b>335</b>	<b>62,5%</b>	<b>763.854.112,48</b>	<b>243.962.185,55</b>

Fonte: <http://www.incentiveprojetos.com.br/consultoria/lei-de-incentivo-ao-esporte.php> acesso em 08/11/2010.

Durante esse período estudado apenas 17,9% dos projetos apresentados foram aprovados, isto é de 2.993 proponentes somente 536 conseguiram aprovação do Ministério do Esporte, sendo que apenas 9 projetos eram voltados para o desporto adaptado.

Apesar de diversificar as formas de captação de recursos, esta lei não altera o sustentáculo do modelo de financiamento do esporte nacional e pouco cumpre a sua missão de estimular a participação da iniciativa privada no meio esportivo, pois esta trata se, de acordo com Galvão Bueno, de um repasse de recurso público para aplicação privada.

Para Cabral, a lei ficou elitizada, pois os institutos que possuem maior espaço midiático obtêm os recursos pleiteados com maior facilidade, como as instituições que estão vinculadas a personalidades com notoriedade no esporte, como o instituto Passe de Mágica, criada pela ex – jogadora de basquete “Magic” Paula, como podemos notar as relações de forças de campo desportivo, determinam também a entrada de recursos para sua produção, já que as formas de dominação se mantêm, pois os agentes que possuem um alto patamar de capital simbólico dentro mundo esportivo, conseguem maior visibilidade midiática e conseqüentemente maiores investimentos.

O programa bolsa atleta, instituído pela lei nº 10.891, de 2004, segundo o ME, é destinado aos atletas do desporto de alto rendimento, vinculados às modalidades olímpicas e paraolímpicas, tem por objetivo auxiliar financeiramente mensalmente os atletas, variando o valor de acordo com o nível esportista do mesmo, sendo valido por doze meses as categorias são divididas da seguinte maneira:

- Atleta de Base no valor de R\$ 371,04
- Estudantil no valor de R\$ 371,04
- Nacional no valor de R\$ 926,60
- Internacional no valor de R\$ 1.855,20
- Olímpico e Paraolímpico no valor R\$ 3.092,00
- Atleta ouro no valor de R\$ 15.000,00

Fonte: [www.patrocinioesp.com.br](http://www.patrocinioesp.com.br) acesso 05/11/2010.

As categorias “atleta de base e ouro” foram constituídas na nova medida provisória elaborada pelo ME, no ano de 2010, entre as mudanças estabelecidas pela medida provisória nº 502, no programa bolsa atleta, esta a queda da proibição de patrocínio. A idéia é qualificar o programa e fazer com que este seja mais uma fonte de recursos para estimular o atleta. O impacto imediato disso é que todos os atletas olímpicos e paraolímpicos já serão contemplados com o benefício. Nos quatros primeiros anos da lei os beneficiados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 4. Beneficiados no programa bolsa atleta (2005 – 2008)

Ano	Beneficiados	Varição (%)
2005	975	//
2006	854	(-) 12,41
2007	2171	154,22
2008	3313	52,6

Fonte: Ministério do Esporte

Este programa financiou 46% dos esportistas paraolímpicos, nos jogos Parapan – Americanos em 2007, no rio de janeiro, o problema do programa Bolsa Atleta, para ALMEIDA, (2004), é que apenas reproduz a Lei Agnelo/Piva, no apoio de atletas, somente transferindo a origem do recurso para o ME. Embora é importante ressaltar que há uma realidade dos atletas terem patrocínio individual de empresas privadas, segundo o Presidente Andrew Parsons, em entrevista concedida ao site *3IN*, há ainda grande dificuldade dos atletas com deficiência conseguirem este tipo de patrocínio.

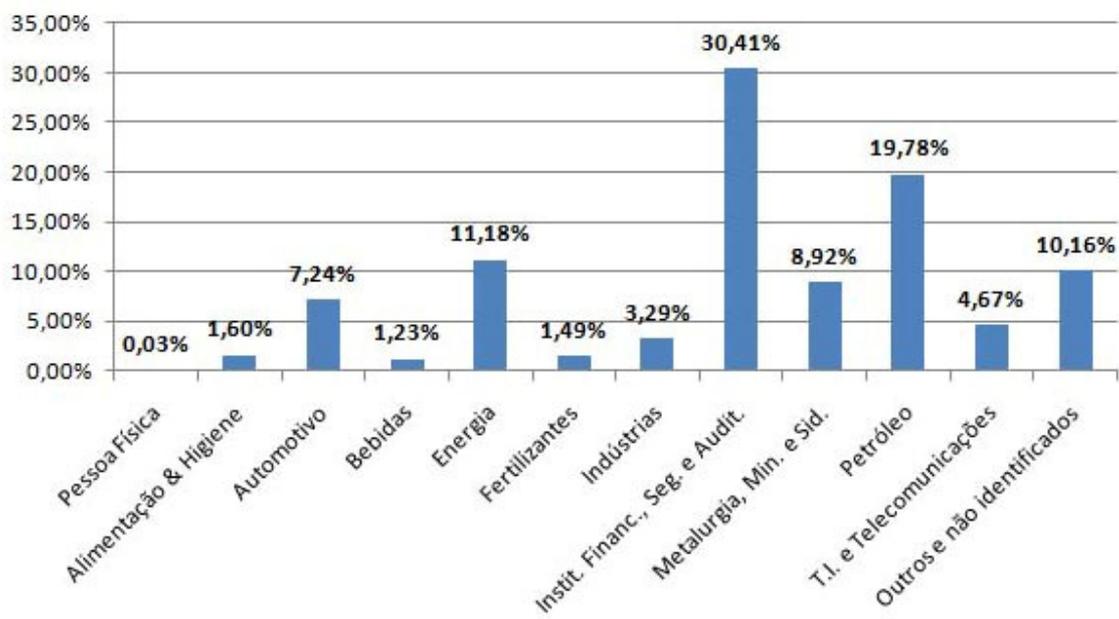
#### **4.5. Financiamento Privado**

Como vimos o modelo desportivo brasileiro é caracterizado por forte influência estatal, mas devido às novas conformações do esporte contemporâneo a um aumento da iniciativa privada no contexto do esporte profissional brasileiro. Assim sendo, de acordo com THOMPSON, (1998), o domínio privado é determinado por organizações privadas, com operações no mercado que objetivam o lucro.

Com a aproximação do mundo esportivo com o mundo empresarial e a difusão de hábitos esportivos pela cultura de massa, transformaram o esporte em um negócio altamente rentável com o advento do marketing de produtos e serviços desportivos alteraram o ordenamento de organização de eventos esportivos tornando os torneios e competições desportivas, em um empreendimento de grande lucratividade. (PRONI, b, 1998).

No modelo piramidal do esporte nacional, a indústria esportiva movimentava cerca de R\$ 25 bilhões por ano, emprega 300 mil pessoas e tem crescido bem acima da média nacional. Este segmento cresceu mais de 12% neste período, contudo o Produto Interno Bruto nacional cresceu à taxa média de 2,25%, mais recente em 2007 observou que a mesma movimentou em média R\$ 31 bilhões por ano, o equivalente a 3,3 % do Produto Interno Bruto de acordo com o site Arena Sports. Vejamos o perfil das empresas que atuam no cenário desportivo brasileiro.

Figura 5. Área de atuação das empresas investidoras no esporte. (2007 – 2009)



Fonte: <http://www.patrocínio.esp.br/o-perfil-da-empresa-patrocিনadora/> acesso em 06/11/2010

Porém no desporto paraolímpico, a atuação das empresas ainda é tímida, já que poucas confederações conseguem obter patrocínio direto, o CPB, recebe o patrocínio da CEF e tem parcerias com a Unimed, Uniodonto e Infraero, a Olympics é a fornecedora oficial de material esportivo, a grande maioria das entidades paradesportivas são financiadas por empresas estatais que investiram no esporte, segundo o relatório do tribunal de contas da união em 2003, R\$ 250 milhões. Isto indica que o modelo de investimento no desporto paraolímpico é basicamente de publicidade reativa, isto é, segundo KOTLER, (2005), é um método utilizado pelas empresas para transmitir sua marca e posicionamento junto ao público alvo, desta forma fornecem serviços para as entidades na troca por vinculação da sua marca as instituições.

Outro ponto importante no meio privado é o retorno midiático, assim sendo a mídia de massa passa ter um elevado grau de importância para atrair novos investidores, isso como já comentamos anteriormente no modelo de gestão do CPB, dita a busca de construir grandes eventos paradesportivos para atrair maior visibilidade na mídia e por conseguinte maior captação de recursos.

Porem a mídia de massa impõe barreiras para a entrada do movimento paraolímpico em seu círculo, pois segundo NOVAES, FIGUEREIDO (2010), ha uma distinção nos artigos relacionados a os atletas paraolímpicos e olímpico e maior espaço para os esportes convencionais em relação a os esportes adaptados, a transmissão midiática transcreve a imagem do atleta paradesportivo com enfoque medico, vejamos como esta lógica é operada após as Paraolimpíadas de Pequim 2008, no Brasil e em Portugal no quadro abaixo.

Quadro 5. Espaço destinado na mídia on-line para os atletas olímpicos e paraolímpicos.

	Brasil		Portugal	
	Globo.com	UOL	Diário Digital	Expresso On-line
Atletas Olímpicos	38	12	16	16
Atletas Paraolímpicos	11	9	3	8

Fonte: Novais, Figueiredo; Comunicação e Esporte. Vol.17, N°02, 2º semestre 2010 p.82

Os quatros sites examinados publicaram um total de 113 notícias, referentes tanto aos atletas olímpicos quanto aos paraolímpicos de Brasil e Portugal, no período analisado, do total, cerca de 73% referiam-se aos atletas olímpicos e os restantes 27% aos paraolímpicos. (NOVAES, FIGUEREIDO, 2010).

Portanto podemos concluir que há uma necessidade mudar a percepção da mídia e sociedade em relação a os sportistas paraolímpicos, constituindo uma nova forma abordagem para descrever o desempenho do movimento paraolímpico já que nas últimas edições dos jogos olímpicos e paraolímpicos o Brasil conquistou um número maior de medalhas no evento paraolímpico.

## **Considerações Finais**

O desporto adaptado vem absorvendo as formas do esporte contemporâneo embora mantenha algumas de suas especificidades, haja vista que entre as metas para promover o desporto paraolímpico, definidas pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) (órgão normatizador para esportes adaptados no Brasil) estão:

- Aumentar a visibilidade e a empatia do movimento paraolímpico junto à mídia e à sociedade em geral;
- Manutenção de um núcleo de comunicação e marketing esportivo, visando implantar ações integradas de assessoria de imprensa, relações públicas, promoções, comunicação visual e marketing;
- Criar situações para que o produto movimento paraolímpico possa ser utilizado estrategicamente por seus parceiros para divulgação e comercialização de seus produtos e serviços, bem como para a conquista, manutenção e fidelização de seus clientes;
- Implantar uma estrutura operacional e promocional dos eventos capaz de atender às expectativas e interesses estratégicos dos parceiros e seus clientes;
- Desenvolver e implantar um programa de capacitação de recursos humanos em forma de seminários e oficinas de administração e marketing esportivo de âmbito regional e nacional, visando modernizar e instrumentalizar as associações filiadas de gestão e clubes de prática do esporte paraolímpico;
- Criar, desenvolver e implantar um programa de licenciamento do Movimento Paraolímpico de âmbito nacional.

Podemos apontar que mesmo com o avanço do sistema de institucionalização do esporte paraolímpico brasileiro, ainda há grandes dificuldades para consolidação do mesmo. A organização é um item que exemplifica este quadro, pois mesmo com algumas entidades hoje, que apresentem uma organização empresarial que seguem a tendência do esporte contemporâneo, da mercantilização do esporte, tratando como um produto, com a inserção de ferramentas de marketing e associação com os meios de comunicação de massa para sua comercialização,

buscando uma maior rentabilidade para os agentes inseridos neste âmbito e adquirindo recursos próprios, para conquistar sua estabilidade.

Há também atualmente entidades que manifestam modelos de organização das décadas de 80 e 90 ainda amadoras, pois possuem características da antiga ética esportiva fundamentada no associacionismo, ou ainda as associações que apresentam uma configuração com uma estrutura profissional técnica e administrativa, embora necessitam de verbas estatais para conseguir manter – se.

Em relação á administração, este item é o que apresenta maiores avanços, já que na década de 80, ainda era incipiente o movimento paraolímpico brasileiro não havia um direcionamento específico para as ações, no desenvolvimento do desporto paraolímpico nacional, assim elas eram centralizadas em apenas um órgão que não atendia a demanda nem as necessidades dessa população, também é importante lembrar que esta sistematização, era o reflexo do período militar que no início dos anos 80, o Brasil passava.

Com a redemocratização brasileira, a partir 1985, e com a consolidação da nova constituição brasileira de 1988, houve uma descentralização da administração, já que foram criados órgãos específicos para as diversas manifestações esportivas a fim de atender a demanda, a fim de promover uma democratização esportiva, perante essa nova formatação, seguindo a tendência internacional do cenário social, político e econômico.

Na década 90, esse processo de descentralização, e de maior flexibilidade política e econômica, é otimizado pelo governo Collor, que promove uma reformulação legislativa em diversos âmbitos da sociedade como citado anteriormente, embora sem comunicação entre os setores criados. Já no meio e final dos anos 90, e na primeira década do século XXI há uma política intersetorial, isto é, segundo MENICUCCI, (2006), trata se articulações entre diversos setores, individuais, políticos e privados para promover práticas desportivas com a finalidade de democratizar e massificar o esporte paraolímpico brasileiro.

Com esse modelo, as formas de financiamento sofreram algumas diversificações, já que desde de 1980 até hoje as entidades mantêm – se essencialmente em virtude de apoio estatal, por meio de direto através do FUNDESP/INDESP, ou por meio indireto

de incentivos fiscais, cedidos a empresas que queiram promover o esporte, em que uma porcentagem dos valores destinada ao esporte é deduzida do imposto de renda das empresas. E por fim, através de patrocínios privados que têm – se constituído mais atualmente.

Durante todo esse período, nunca houve uma ferramenta que avaliasse o planejamento como um todo, para que fossem concebidos parâmetro da situação real do desporto adaptado brasileiro e direcionamentos para a fomentação do desporto adaptado.

Ainda há poucos espaços para prática esportiva paraolímpica, a infra-estrutura apesar do progresso é mínima, e as pesquisas na área são bem reduzidas, as políticas públicas mesmo que propiciaram um grau de estabilidade para o esporte paraolímpico, como fontes de recursos permanentes que possibilite um planejamento a médio longo prazo não garantem o acesso a todos as atividades desportivas.

Há necessidade de uma adequação do calendário esportivo nacional ao internacional, embora hoje podemos observar um progresso com o calendário esportivo instituído pelo CPB patrocinado pela Caixa Econômica Federal, há também um grande desafio por uma ampliação das parcerias e maior veiculação do esporte adaptado brasileiro na mass media, pois vem progredindo lentamente.

Na última Paraolimpíada de Pequim 2008, de acordo com o CPB, houve uma cobertura 168 horas de transmissão, maior número da história. Portanto é importante analisar que há um avanço no sistema paraolímpico brasileiro, embora há questões que devem ser mais elaboradas, de maneira que as manifestações do desporto adaptado encontrem a consolidação no cenário esportivo brasileiro.

Portanto o atual estágio do movimento paraolímpico nacional, é de aceitação social e divulgação, buscando alterar o espaço de produção para valorizar e comercializar seus produtos e símbolos, dessa forma alargando sua base de financiamento já que esta adotando o modelo hegemônico do campo esportivo.

# Referências

ALMEIDA, S, B; **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil.** 2010. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

ARAÚJO, P, F; **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade.** – Brasília : Ministério da Educação e do Desporto/ INDESP, 1998.

BENELI, L, M; **Basquetebol masculino paulista:** apropriação das características do esporte profissional na estrutura organizacional das categorias de base. Dissertação de Mestrado. . Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BRACHT, V; **Sociologia crítica do esporte: uma introdução.** Vitória: UFES, 1997.

BOURDIEU, P; **Questões de Sociologia.** Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P; **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P; **Usos sociais da ciência por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Unesp, 2004.

BROHM, J, M; **Sociologia Política Del Deporte.** Ciudad Del México: Fondo de Cultura Economica,1976.

COSTA, M, A; SOUSA B, S; **Educação Física e Esporte Adaptado**: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o Século XXI; Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

CABRAL, B, F; **Leis de incentivo ao esporte**: novas perspectivas para o desporto brasileiro. 2010. Tese de Conclusão de Curso- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GALVÃO BUENO, M, A, M; **Incentivos fiscais no terceiro setor**: uma análise das leis brasileiras e da lei 501 (C)3, norte americana. Monografia (lato-sensu). EAESP – Escola de Administração de empresas de São Paulo: FGV, 2007.

GEBARA, A; **História do esporte: novas abordagens**. In: PRONI, M; W; LUCENA, Ricardo. Ferreira. (orgs.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002b, p.5-29.

GIL, A, C; **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. – São Paulo: Atlas, 2002.

HOBSBAWM, E, J; **A era do Capital 1848 – 1875**. 3ªed. Trad. Luciano Costa Neto: Rio de Janeiro: Paz a Terra, 1982.

ITANI, E, D; ARAÚJO, F, P; ALMEIDA, G, J, J; **Esporte adaptado construindo a partir das possibilidades**: handebol adaptado. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - Nº 72 - Maio de 2004.

LAKATOS, E, M; MARCONI, M, A; **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. Ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LINDSTROM, M; **A lógica do consumo**: verdades e mentiras sobre por que compramos; Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.

LOUREIRO, C, K; **As perspectivas do marketing esportivo dentro do plano geral de marketing a partir de alguns cases**, Tese de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas1998.

KOTLER, P; **O Marketing sem Segredos**, Porto Alegre: Bookman, 2005

MANHÃES, D, E; **Políticas de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MELO, Filho, A; **Direito esportivo: novos rumos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MARCHI Jr., W; **“Sacando” Voleibol: do amadorismo á espetacularização da modalidade no Brasil (1970 – 2000)**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

MARCHI JR. W; **Como é possível ser esportivo e sociológico?** In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luis Alberto (orgs). Ensaio sobre história sociologia nos esportes. Coleção Norbert Elias, v.2, Jundiaí: Editora Fontoura, 2006, p.159-195.

MARQUES, R, F, R; et al; **Esporte Olímpico e Paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea**. Revista Brasileira Educação Física do Esporte, volume 23, número 4, São Paulo, Outubro/Dezembro, 2009.

MARQUES, R, F, R; **Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica (2007)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARCHI; J; W; **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo Figueiro. **Esporte: historia e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-112.

MENICUCCI, G; M; T; **Gestão de políticas públicas**: estratégias para construção de uma agenda; IX congresso nacional de recreación/ Funlibre 14 al 17 de Setembro de 2006. Bogotá, D.C.

MOREIRA, W, W; **Educação física & esportes** : perspectivas para o século XXI, Campinas: Papirus, 2007.

MONTAGNER, P, C; MARQUES,R, F, R; GUTIERREZ, L, G; **Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo**, Revista da Educação Física/UEM, Vol. 20, nº 4 (2009).

MELLO, T, M; **Avaliação dos atletas paraolímpicos Brasileiros Sidney 2000**, Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada Temas em educação física adaptada/ Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada – Sobama, 2001.

NOCE, F; SIMIM M, A, M; MELO, T, M; **A percepção de qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física**. Revista Brasileira Medicina do Esporte, volume 15, número 3, Niterói, Maio/Junho,2009.

NOVAIS, R, A; FIGUEIREDO, H, T; **A visão bipolar do pódio**: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. Comunicação e Esporte. Vol. 17, nº 2, 2º semestre 2010.

PRONI,W,M; (a) **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. (1998). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PRONI,W,M; (b) **Marketing e organização esportiva**: elementos para uma história recente do esporte – espetáculo. **Conexões**, Campinas, p.82-94, 01 jun/dez. 1998.

PRONI, M; W;. **A metamorfose dos jogos olímpicos (1896-1996)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA., 17., 2004, Campinas. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. Campinas: Anpuh, São Paulo, 2004. Cd – rom.

PRONI, M; W;. **Brohm e a organização capitalista do esporte**. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo Figueiro. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 31-62.

**Palestra**, 1, Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2009.

PENAFORT, J, D; **A Integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

REIS, B, H, H; **A gênese do handebol**: primeiras aproximações, 2009. no prelo.

SANTOS; M, M, M, A; GIMENEZ, P, C, L; REBOUÇAS, E, C; SCHIMITT, L, S, Rennó, T; **Esportes no Brasil**: situação atual e propostas para o desenvolvimento [http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/esporte.pdf](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/esporte.pdf) acesso em 10/10/2010.

STEINBERG, L. L; **Respostas fisiológicas aos exercícios em pessoas com deficiência**; in: V Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada; Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, P, G; **A configuração de atletas e ex-atletas paraolímpicas na cidade de Curitiba**; Dissertação de Mestrado; Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. CURITIBA, 2007.

VASCONCELOS, M. J. E; **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

TUBINO, M; J; G; (a) **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.

TUBINO, M; J; G; (b) **500 anos de legislação esportiva brasileira: do Brasil colônia ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

THOMPSON, J, B; **A mídia e a modernidade: uma teoria analítica**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1998.

TUCUNDUVA, P; B; B; et al; **Esporte, Emoções e Indústria Cultural: a procura pelo através das emoções disponível em:** <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT9%20online/esporte-emocoos-industria-BrunoTucunduva.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2010.

[www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br) acesso em 13/11/2009.

[www.polaris.bcunicamp.br](http://www.polaris.bcunicamp.br) acesso em 20/03/2010.

[www.ibge.org.gov.br](http://www.ibge.org.gov.br) acesso em 24/03/10.

[www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br) acesso em 30/03/10.

[www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg) acesso em 23/04/10.

<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/legislacao.jsp> Acesso em 26/08/2010

<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/legislacao.jsp> Acesso em 26/08/2010.

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0671-1.pdf> Acesso em 24/08/2010.

<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html> acesso em 06/09/2010.

Arena Marketing Esportivo; [www.arenasport.com.br](http://www.arenasport.com.br) : acesso em 08/04/2009.

[http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses\\_sociais/valores\\_repassados.asp#paraolimpico](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses_sociais/valores_repassados.asp#paraolimpico) acesso em 06/11/2010.

<http://www.patrocínio.esp.br/nova-lei-paulista-de-incentivo-ao-esporte/> acesso em 05/11/2010.

<http://www.patrocínio.esp.br/bolsa-atleta-passa-por-revisao-cria-novas-categorias-e-recebe-reajuste-de-valores/> acesso em 05/11/2010.

<http://www.patrocínio.esp.br/inscricoes-bolsa-atleta/> acesso 05/11/2010.

<http://www.patrocínio.esp.br/o-perfil-da-empresa-patrocinadora/> acesso em 06/11/2010.

[http://www.3in.org.br/Noticias\\_View.aspx?id=344&origem=noticias](http://www.3in.org.br/Noticias_View.aspx?id=344&origem=noticias) acesso em 05/11/2010.

[http://blogdocruz.blog.uol.com.br/arch2009-12-06\\_2009-12-12.html](http://blogdocruz.blog.uol.com.br/arch2009-12-06_2009-12-12.html) acesso em 02/11/2010.

<http://www.incentiveprojetos.com.br/consultoria/lei-de-incentivo-ao-esporte.php> acesso em 08/11/2010.

<http://www.cpb.org.br/financeiro/gestao-de-recursos/xi-outras-informacoes/dispensos-resumo-por-ano> acesso em 08/11/2010.

[http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasse\\_sociais/valores\\_repassados.asp#paraolimpico](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasse_sociais/valores_repassados.asp#paraolimpico) acesso em 06/11/2010.

<http://portal2.tcu.gov.br/TCU> acesso em 05/11/2010.

<http://www.esporte.gov.br/leiIncentivoEsporte/> acesso em 08/11/2010.

<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/legislacao.jsp> acesso em 26/08/2010.

**Comitê Paraolímpico Brasileiro. Novo estatuto do comitê paraolímpico brasileiro.** Disponível em : <http://www.cpb.org.br/conheca-o-cpb/legislacao-esportiva/novo-estatuto-do-comite-paraolimpico-brasileiro/view> acesso em 06/06/2010.

**BRASIL. Decreto-lei nº 526, de 1398.** Institui o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100871> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 3199, de 14 de abril de 1941.** Dispõe sobre as bases de organização dos desportos em todo país. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593&tipoDocumento=DE L&tipoTexto=PUB>. acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942.** Dispõe sobre a aprovação do regimento do Conselho Nacional de Desportos. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=4620&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto- lei nº 5.342, de 1943.** Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e da outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=5028&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB> acesso em: 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.342, 10 de setembro de 2005.** Dispõe sobre a regulamentação da lei nº 10.891, de 9 julho de 2004, que institui o bolsa atleta. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=250001&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.180, de 3 de Agosto de 2007.** Regulamenta a lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios fiscais para fomentar as atividades de caráter desportivo. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255889&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.251, de outubro de 1975.** Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=209061&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.672, de julho de 1993.** Institui normas gerais sobre desportos e dá providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=137919&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.264, 16 de julho de 2001.** Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da lei nº 9.615, 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233173&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.891, de 9 julho de 2004.** Institui o Bolsa- Atleta. Disponível em : <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=240252&tipoDocumento=MPV&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá providencias. Disponível em : <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255889&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> acesso em 05/10/2010.

# **ANEXOS**

# MEMORIAL

Ao ingressar no curso de educação física da unicamp, foi um dos maiores orgulhos e alegrias da minha vida, pois cresci em uma realidade de vida, com extrema dificuldade e diversas privações, em uma comunidade pobre da periferia de Campinas, assim sendo ao entrar em uma universidade com a notoriedade da Unicamp, vislumbrei novas perspectivas e possibilidades para minha vida.

Por estudar em escola pública ao longo de minha historia individual, em um primeiro momento, o grande desafio que encontrei foi á adaptação ao sistema de ensino da instituição, em que era necessário além do conhecimento específico de cada disciplina, era preciso relacionar este capital particular com outras aéreas da ciência, promovendo assim reflexões em torno da sociedade contemporânea. Portanto, por ter informação apenas superficial das tensões que circunscrevem a sociedade durante os anos de formação no ensino formal, a maior dificuldade nos primeiros anos de graduação era concatenar este novo capital do conhecimento com os fatos da realidade social que estamos inseridos.

Outro ponto importante foi o choque cultural, com outros colegas de graduação, pois a maioria dos colegas apresentou uma realidade de vida completamente oposta a minha, em que os relatos de vida deles manifestavam outros hábitos e costumes alem de uma estrutura financiada pelos pais. No inicio a primeira reação foi de indignação com este fato, porém ao decorrer do curso aprendi a respeitar este outro modelo vida e apreender alguns desses valores, desta forma aumentando meu capital cultural.

Em segundo momento, estabeleceu um outro desafio, de refletir sobre os conceitos apontados pelos professores em relação ao posicionamento de um profissional de educação perante a sociedade e as outras aéreas da ciência. Já que a noção que possuía deste profissional em experiência anteriores era baseada sobre o arquitipo técnico desta profissão, assim sendo em todas temáticas abordadas por nossos professores sempre era debatido qual o papel do educador físico tanto no cenário social, cultural, político e econômico. Por meio dessa estrutura foi possível em diversas situações fora do ambiente acadêmico realizar uma análise

crítica sobre diferentes acontecimentos em que o profissional de educação física não era somente um instrumento de otimizar a performance física das pessoas, mas sim um ser pensante dentro de uma estrutura social que pode gerar estratégias para dialogar com paradigmas. Procurando manter ou superar os mesmos.

Outro fato importante, foi quando tive contato com o professor Paulo César Montagner, na disciplina de Marketing Esportivo, em que esta oportunidade norteou minhas reflexões e questionamentos diante do esporte em sua perspectiva contemporânea, que originou o embrião para este trabalho final de conclusão de curso.

Creio que ao longo desse curso de graduação ter percorrido todas as manifestações esportivas, em trabalhos externos ao mundo acadêmico, as experiências pedagógicas foram extremamente ricas pois houve uma grande heterogeneidade do público atendido, nos primeiros trabalhos a grande dificuldade era como ministrar e conduzir as aulas, treinos e sessões, dentro de uma perspectiva prazerosa e coesa, procurando atender as necessidades do indivíduo respeitando seus limites. Portanto organizar uma aula que possuísse estes elementos de maneira organizada e racional era preciso um enorme tempo de preparação, pois na maioria das vezes no transcorrer das atividades ministradas apresentavam algum problema de harmonia com o conteúdo previamente estabelecido. Embora adquirindo maior capital de conhecimento, atualmente vejo possível corrigir os erros dentro da própria atividade oferecendo maiores possibilidades de ensino para cada indivíduo. Atualmente conduzo duas equipes em diferentes manifestações do esporte; educacional e fitness. Creio o que antes eu via com obstáculo para constituir uma prática esportiva hoje devido ao acúmulo de capital adquirido tanto fora como no meio acadêmico, hoje vejo com estímulo para buscar novos caminhos e também questionamentos a fim de descobrir outras possibilidades. Meus alunos e colegas de trabalho depositam em mim grande confiança em virtude de meu posicionamento diante das inúmeras situações que ocorrem no cotidiano.

Por fim, minhas aspirações ao concluir mais etapa, é continuar trilhando o caminho acadêmico concatenado com uma consolidação no mercado trabalho na área de gestão esportiva.